

COLÉGIO PEDRO II
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA,
EXTENSÃO E CULTURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEORIAS E
PRÁTICAS DA GEOGRAFIA ESCOLAR

ALMIR GUILHERME LIEBERENZ DE LIMA

COMO O TEMA “CHINA” É APRESENTADO EM LIVROS
DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA: UMA COMPARAÇÃO DE
OBRAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA E CONTRIBUIÇÕES PARA
A ABORDAGEM DO CONTEÚDO

Rio de Janeiro

2021

ALMIR GUILHERME LIEBERENZ DE LIMA

**COMO O TEMA “CHINA” É APRESENTADO EM LIVROS DIDÁTICOS DE
GEOGRAFIA: UMA COMPARAÇÃO DE OBRAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA E
CONTRIBUIÇÕES PARA A ABORDAGEM DO CONTEÚDO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Teorias e Práticas da Geografia Escolar, vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Teorias e Práticas da Geografia Escolar.

Orientador: Professor Me. Vitor Soares Scalercio

Rio de Janeiro

2021

COLÉGIO PEDRO II

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA

BIBLIOTECA PROFESSORA SILVIA BECHER

CATALOGAÇÃO NA FONTE

L732 Lima, Almir Guilherme Lieberenz

Como o tema “China” é apresentado em livros didáticos de geografia: uma comparação de obras de educação básica e contribuições para a abordagem do conteúdo / Almir Guilherme Lieberenz Lima. - Rio de Janeiro, 2021.

91 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Teorias e Práticas da Geografia Escolar) – Colégio Pedro II, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura.

Orientadora: Vitor Soares Scalercio.

1. Geografia – Estudo e ensino. 2. Disciplina escolar - Geografia. 3. China. 4. Livros didáticos. I. Scalercio, Vitor Soares. II. Colégio Pedro II. III Título.

CDD 910

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Simone Alves – CRB7 5692.

ALMIR GUILHERME LIEBERENZ DE LIMA

**COMO O TEMA “CHINA” É APRESENTADO EM LIVROS DIDÁTICOS DE
GEOGRAFIA: UMA COMPARAÇÃO DE OBRAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA E
CONTRIBUIÇÕES PARA A ABORDAGEM DO CONTEÚDO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Teorias e Práticas da Geografia Escolar, ofertado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Teorias e Práticas da Geografia Escolar.

Aprovado em 14 de Julho de 2021.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Me. Vitor Soares Scalercio
Colégio Pedro II
Orientador

Prof. Dra. Carolina Vilela
Colégio Pedro II

Prof. Me. Hilton Marcos Silva Junior
CAP-UERJ

Às famílias vitimadas pela COVID-19.

AGRADECIMENTOS

Serei eternamente grato aos meus pais, aos meus guias, aos meus amigos, aos meus colegas de turma, ao Pedro II, aos professores da pós-graduação, ao meu orientador Professor Me. Vitor Soares Scalercio, que me proporcionou excelentes leituras, debates e contribuições, além de todos (as) aqueles (as) que sempre estiveram ao meu lado me dando força e incentivo para que eu continuasse escrevendo minha monografia. Muito obrigado!

Filha do medo, a raiva é mãe da covardia.
(Chico Buarque, 2017)

RESUMO

LIMA, Almir Guilherme Lieberenz. **Como o tema “China” é apresentado em livros didáticos de Geografia:** Uma comparação de obras de educação básica e contribuições para a abordagem do conteúdo. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Teorias e Práticas da Geografia Escolar) — Pró-Reitoria de Pós- Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura, Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 2021.

A China atualmente desempenha o papel de uma grande potência econômica, tendo substancial influência sobre as múltiplas trocas comerciais características do Capitalismo, além de executar grande participação na organização da produção em escala global (HUNG, 2018). A partir deste fato, mostra-se importante a pesquisa sobre o tratamento de tal país em dois livros didáticos (nos utilizando de versões antigas e recentes das obras) - “Geografia Crítica: Geografia do Terceiro mundo” e “Geografia Geral e do Brasil: Espaço Geográfico e Globalização”-, escritos por autores bastante influentes na Geografia escolar - José William Vesentini, Vânia Vlach, Eustáquio de Sene e João Carlos Moreira -, averiguando se houve modificações na narrativa dos capítulos sobre China, pensando na forma, no conteúdo e na visão atribuída ao país pelos autores ao longo das edições, sendo este o objetivo geral da presente monografia. De toda forma, até que se alcance este objetivo, nos preocuparemos em pensar a obra “livro didático”. No capítulo seguinte, nos debruçaremos sobre os livros selecionados, a partir da comparação e justaposição destes. No último capítulo, iremos fornecer complementos, entendidos como necessários, quanto à China, mediante compreensão da abordagem presente nos livros didáticos.

Palavras-chave: China. Espacialidade dos fenômenos. Geografia escolar. Livros didáticos.

ABSTRACT

LIMA, Almir Guilherme Lieberenz. **How the theme “China” is presented in the teaching of Geography**: A comparison of basic education works and contributions to the content approach. Completion of course work (Specialization in Theories and Practices of School Geography) - Dean of Graduate Studies, Research, Extension and Culture, Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 2021.

China currently plays the role of a great economic power, having substantial influence on the multiple commercial exchanges characteristic of Capitalism, in addition to playing a large role in the organization of production on a global scale (HUNG, 2018). From this fact, it seems important to research how this country is worked in two textbooks (using old and recent versions of the works) - "Critical Geography: Third World Geography" and "General and Brazilian Geography: Geographical Space and Globalization"-, written by very influential authors in school geography - José William Vesentini, Vânia Vlach, Eustáquio de Sene and João Carlos Moreira -, investigating whether there were changes in the narrative of the chapters on China, considering the form, content and vision attributed to the country by the authors throughout the editions, which is the general objective of this monograph. In any case, until this objective is reached, we will be concerned with thinking about the “textbook” work. In the next chapter, we will focus on the selected books, based on their comparison and juxtaposition. In the last chapter, we will provide complements, understood as necessary, regarding China, by understanding the approach present in textbooks.

Keywords: China. Spatiality of phenomena. School geography. Didactic books.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Divergência acerca dos conceitos-chave, que ocorreu na mudança dos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio — PCNEM para as Orientações Curriculares para o Ensino Médio – OCEM.....	19
--	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Concentrações Industriais na China.....	39
Figura 2: China: áreas abertas ao exterior	42
Figura 3: Esquema focado na complementação do conteúdo presente no tópico tratado.....	43
Figura 4: Fontes de energia e indústrias na China	51
Figura 5: Perdas territoriais da China (1850 -1915).....	52
Figura 6: Povos ou etnias predominantes na China.....	53
Figura 7: Províncias e regiões autônomas na China.....	53
Figura 8: Fontes de energia e indústrias na China	60

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	O LIVRO DIDÁTICO NA GEOGRAFIA ESCOLAR	17
2.1	A tradição regional como uma constante na geografia escolar	21
2.2	A importância do “enunciado”	24
2.3	A espacialidade dos fenômenos	26
3	DISCUSSÃO SOBRE OS LIVROS DIDÁTICOS SELECIONADOS	30
3.1	Os enunciados do conhecimento escolar em Geografia	30
3.2	Os livros didáticos	33
3.3	Justaposição das obras	63
4	CONTRIBUIÇÕES SOBRE O CONTEÚDO ESCOLAR “CHINA”	66
4.1	Período Maoísta	66
4.2	Construção da burguesia doméstica	71
4.3	As privatizações das estatais	72
4.4	Uma China moderna	75
4.5	Os conglomerados empresariais estatais chineses	77
4.6	Financeirização com características chinesas	78
4.7	A tensão entre o Estado Chinês e sua burguesia	80
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
	REFERÊNCIAS	86

1 INTRODUÇÃO

A China tem instigado a curiosidade do mundo em virtude de seu vigoroso processo de desenvolvimento econômico, fenômeno que a coloca atualmente como uma das principais economias do mundo, tendo presença nas redes das mais diversas empresas transnacionais, pensando no processo produtivo destas e na pulverização de seus parques industriais pelo planeta.

Além disto, é notório o avanço da indústria chinesa sobre os mais diversos setores da economia, sobremaneira, os de grande aporte de capitais, com a atuação Estatal enquanto grande propulsora, e coordenadora, de investimentos, atuando de maneira estratégica por meio de suas estatais (JABBOUR e PAULA, 2018).

Por outro lado, as empresas chinesas também têm avançado sobre novos mercados, o que pode ser percebido pela aproximação do gigante asiático a países subdesenvolvidos do sul global, como também pelos aportes de capital oriundos da construção de empreendimentos importantes a realização da chamada “Nova Rota da Seda” (HUNG, 2018). Dessa forma, a China tem se apresentado como uma importante economia, detentora de um significativo poder de investimento, e de atração de capitais, atuando também enquanto um polo contra hegemônico fundamental ao crescimento do poder de barganha de países subdesenvolvidos frente a desenvolvidos (HUNG, 2018).

Os caminhos percorridos pela China até o crescimento espantoso de sua economia são bastante curiosos, uma vez que, no final da década de 1940, este país passou por uma alteração de sistema político e econômico, a partir de sua revolução socialista, liderada por Mao Tsé-Tung. Deste momento em diante, percebe-se uma China, outrora majoritariamente agrária, se tornando industrial, com grande foco, durante as primeiras décadas do novo governo, na indústria pesada, além da reconfiguração de todo o seu território, a partir do fim da propriedade privada.

Entretanto, a condução dos projetos desenvolvimentistas passou por modificações ao longo do tempo, em virtude das circunstâncias apresentadas ao Partido Comunista Chinês, pensando principalmente na relação campo- cidade, culminando, em 1978, nas reformas postas em prática por Deng Xiaoping, que abriram o país ao mercado externo, demonstrando números

muito expressivos de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) desde então (INTROINI, 2019).

Inúmeras interpretações quanto às condicionantes que construíram esta China extremamente importante ao mercado global capitalista passaram a ser pensadas, ganhando espaço na geografia escolar, nas aulas da disciplina, além dos livros didáticos utilizados nestas. Desta forma, o presente trabalho foi pensado para compreender a narrativa desenvolvida em duas obras didáticas (“Geografia Crítica: Geografia do Terceiro mundo¹” e “Geografia Geral e do Brasil: Espaço Geográfico e Globalização”) escritas por autores bastante influentes na Geografia Escolar Brasileira (José William Vesentini, Vânia Vlach, Eustáquio de Sene e João Carlos Moreira), buscando entender se modificações na forma e no conteúdo ocorreram ao longo dos anos, pondo em justaposição as edições mais antigas dos livros (1991 e 1998) com as mais recentes (2009 e 2016).

As conclusões advindas do entendimento quanto ao trato, nos livros didáticos, sobre China serão muito importantes para oferecermos complementos sobre o tema aos colegas professores de Geografia, na intenção de contribuirmos para a construção de aulas mais aprofundadas sobre o conteúdo em questão, permitindo uma leitura mais completa sobre este país, uma vez que desponta como de fundamental importância a compreensão da organização do espaço geográfico mundial e dos fluxos desenvolvidos sobre ele.

A partir das explicações acima, torna-se possível estabelecer que o objetivo geral desta monografia é compreender se ocorreram modificações na narrativa dos capítulos sobre China, pensando na forma, no conteúdo e na visão atribuída ao país pelos autores ao longo das edições. Entretanto, até alcançarmos nosso objetivo geral, outros específicos serão trabalhados, sendo estes: buscar o entendimento quanto a obra livro didático (sua natureza, organização dos conteúdos, quais conteúdos são selecionados para compor as obras, e o objeto de estudo destas); travar uma justaposição entre os livros didáticos selecionados (este objetivo específico se subdivide em dois: compreender de que forma o conteúdo China é apresentado nos livros

¹ N. A. O título da edição mais recente deste livro sofreu uma pequena alteração, passando a se chamar “Geografia Crítica: Geografia do Mundo Subdesenvolvido”.

didáticos, e entender as abordagens atribuídas ao país ao longo das diferentes edições das obras); e identificar as principais lacunas que na nossa compreensão devem ser preenchidas, de modo a ofertarmos algumas contribuições sobre China aos professores de Geografia.

Considerando nossa busca pela compreensão sobre o livro didático, estruturamos o primeiro capítulo em torno deste objetivo. Para tanto, buscamos responder se esta obra se trata de uma redução dos conhecimentos advindos da Academia, ou se possui características próprias. Nesse sentido, recorreremos a Sene (2014)² para solucionar este questionamento. A partir daí, investigamos alguns elementos, como a importância do currículo oficial para a construção dos materiais didáticos, perpassando pela influência da “tradição regional” na organização dos conteúdos, além de conceitos, como transposição didática e Cultura Escolar, contribuindo para a compreensão desta obra enquanto original da escola e das suas múltiplas negociações. Posto isto, tornou-se possível passarmos a reflexão quanto aos conteúdos escolhidos para serem abordados, e o motivo pelo qual estes estão presentes nos livros, confluindo para o entendimento sobre enunciados e a relação destes com esta reflexão, além da compreensão sobre o objeto de estudo destas obras, nos sendo introduzido o conceito de espacialidade dos fenômenos.

O segundo capítulo é de fundamental importância, uma vez que a partir da justaposição das obras conseguiremos identificar se ocorreram modificações na narrativa sobre China ao longo das edições dos livros estudados. Para tanto, dividiremos nosso objetivo específico em outros dois, de tal forma que nossa metodologia de análise se estruture a partir destes, sendo, portanto: buscar compreender como a China é trabalhada nos livros didáticos; e entender as abordagens atribuídas ao país ao longo das diferentes edições das obras. O primeiro objetivo, fruto dessa divisão, será desenvolvido a partir da apresentação das estruturas dos capítulos sobre China, presentes nos livros didáticos, entendendo o modo como as informações foram organizadas, apontando as semelhanças e diferenças entre elas, além de sinalizar os enunciados que perpassam os conteúdos, os apresentando em seus respectivos trechos. O segundo objetivo será construído a partir da análise

² Além de outros autores, como Rua (1998), Kanashiro (2008) e Castrogiovanni e Goulart (1988).

quanto à percepção de cada autor sobre a China, ao longo das edições. Ou seja, buscaremos entender a visão atribuída ao país asiático por cada um deles, e se esta modificou-se ao longo do tempo, acompanhando as mudanças vividas pelo país. Por fim, traçaremos a justaposição entre os livros de modo a ressaltar as principais informações retiradas das análises, buscando identificar se houve alguma mudança na forma de se abordar China nestas diferentes obras, ao longo de suas edições.

O terceiro, e último, capítulo se prestará a apresentar complementações sobre o conteúdo China, respeitando as lacunas deixadas pelos livros estudados (apresentadas durante o segundo capítulo), de modo a oferecer subsídios sobre o tema aos colegas professores de Geografia que venham a ter contato com a presente monografia, contribuindo para a construção de aulas ainda mais aprofundadas sobre o tema.

2 O LIVRO DIDÁTICO NA GEOGRAFIA ESCOLAR

Ao pensarmos a obra “Livro Didático” é comum a entendermos como fruto de uma espécie de redução dos conhecimentos desenvolvidos pela Academia, ou, ainda, como um material permeado de saberes que, em muito, os classificamos como tradicionais, até mesmo como pouco relacionados à ciência geográfica. Entretanto, é importante ter em mente que a Geografia escolar, tanto no Brasil, quanto em outros países, a exemplo de Alemanha e Inglaterra, como nos apresenta Sene (2014), teve seu início previamente à institucionalização da Geografia enquanto curso acadêmico. No caso brasileiro, o currículo da disciplina escolar fora iniciado no Colégio Pedro II em 1837, constituído muito tempo antes do que o curso universitário, já que este fora criado em 1934 na Universidade de São Paulo.

A partir de então, são levantados os seguintes questionamentos: o livro didático de Geografia se trata de “(...) uma obra menor, de baixa legitimidade, pois nada mais seria do que uma simplificação e adaptação da produção científica” (SENE, 2014, p. 31), ou seria um produto cultural absolutamente novo, detentor de certa individualidade e autonomia em relação à Academia?

Nesse sentido, com base em Sene (2014), entendemos como peça fundamental deste “quebra cabeças” o debate inicial em torno da “transposição didática”. Dessa forma, assim como o autor apresenta, o conceito em questão tem sua difusão a partir do trabalho de Yves Chevallard, em 1985, onde é defendido que o conhecimento acadêmico, tido por este como “saber sábio”, deve passar por uma série de modificações, simplificações, transformações, para ser ensinado na escola básica, tornando-se, com isso, um “saber a ser ensinado”. Todavia, dentro de tal estrutura, insta pontuar que Chevallard se debruçava sobre o ensino de Matemática, por mais que seu trabalho tenha tido reverberações no entendimento dos livros didáticos respectivos às outras disciplinas escolares.

A noção em torno da “cultura escolar” é fundamental para o que se propõe neste momento, de tal forma que, de acordo com Sene (2014), esta fora difundida por André Chervel em seu artigo publicado no Brasil em 1990. Neste trabalho, o autor argumenta sobre o fato de as disciplinas escolares usufruírem de certa autonomia, não só na produção de conhecimentos, como

também no desenvolvimento de suas identidades próprias dentro do currículo da escola básica. Chervel, ainda criticava a ideia das disciplinas escolares enquanto apenas tributárias de suas ciências de referência. Reforçando o que fora dito, focando na autonomia do espaço escolar na formulação de conhecimento, Rua (1998) nos oferece:

A construção do conhecimento não é privilégio da universidade ou dos institutos de pesquisa. Ela se dá, também, em sala de aula, no dia-a-dia do relacionamento professor-aluno de uma escola de 1º e 2º graus, sempre que haja reflexão crítica e análise do indivíduo como parte da sociedade. Esse conhecimento, realizado na escola, levará o aluno a uma auto-construção onde a sua autonomia como ser pensante se manifestará, onde deixará a dependência intelectual e aprenderá a pensar com criatividade e, assim, poderá atuar como agente de mudanças. (RUA, 1998, p. 89)

Com isso, se nos guiarmos pela perspectiva defendida por Chevallard (1997), entenderemos o livro didático, notadamente, o de Geografia, enquanto uma obra menor, como o próprio autor coloca, de baixa legitimidade, uma vez que não passaria de uma mera simplificação dos assuntos tratados na Academia. Por outro lado, se nosso foco de análise for centrado sobre a ideia de “cultura escolar”, nos termos de Chervel (1990), teremos a concepção do material didático como “(...) um produto cultural de maior legitimidade, originalidade e valor” (SENE, 2014, p. 31). Tido, inclusive, como Sene (2014) propõe, enquanto uma produção específica de dada disciplina escolar, logo, de igual importância à aula oferecida pelos professores da educação básica. Neste sentido, o autor complementa: “(...) Vale lembrar que quase todo autor de livro didático, antes de vir a sê-lo, teve de acumular uma razoável experiência prévia como professor da escola básica, e muitos continuam se dividindo entre as duas atividades” (SENE, 2014, p. 31).

Atribuindo um elemento a mais a tal dicotomia, Sene (2014) ainda contribui expondo que, atualmente, a Geografia Escolar possui materiais didáticos que possuem elementos de originalidade e de transposição didática. Nesse sentido, afirma que seria impossível a escrita de suas obras voltadas ao ensino básico, se este se ancorasse apenas na produção acadêmica desenvolvida pela comunidade científica da Geografia. O autor complementa, dando contribuições oriundas de sua própria experiência pessoal, dizendo que durante o processo de pesquisa, e escrita, recorre a instituições não acadêmicas, nacionais ou internacionais (IBGE, IPEA, INPE, agências da ONU,

Banco Mundial, OMC, FMI, dentre outras), focado nas informações e conhecimentos produzidos por estas.

Retomando a transposição, é bom alertar ao que o autor supracitado nos traz quando põe que (sabendo que a Geografia é uma disciplina multiparadigmática) a determinação de quais conteúdos serão transpostos (informações, conceitos, categorias, teorias) não se trata de uma tarefa fácil, uma vez que o alcance de tal consenso seria um fato bastante complexo. A exemplo disso, o autor sinaliza a “divergência acerca dos conceitos-chave, que ocorreu na mudança dos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio — PCNEM (BRASIL, 1999) para as Orientações Curriculares para o Ensino Médio — OCEM (BRASIL, 2006)” (SENE, 2014, p. 35). De maneira como está posto abaixo (Quadro 1):

Quadro 1: Divergência acerca dos conceitos-chave, que ocorreu na mudança dos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio — PCNEM para as Orientações Curriculares para o Ensino Médio — OCEM.

Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCNEM)*	Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCEM)
• Espaço Geográfico	• Espaço e tempo
• Paisagem	• Sociedade
• Lugar	• Paisagem
• Território	• Lugar
• Escala	• Território
• Globalização, Técnicas e Rede	• Região

Fonte: BRASIL, 1999; BRASIL, 2006, *apud* SENE, 2014, p. 37.

Não cabe a este trabalho pensar a discussão citada acima, mas uma breve contextualização se faz necessária. De acordo com a versão preliminar das OCEM (2004), entender Espaço Geográfico como conceito chave da Geografia, como havia sido posto no PCNEM, seria um equívoco, uma vez que, o principal argumento para tal afirmação centrava-se na negligência da sociedade como objeto científico e filosófico de “(...) uma proposta curricular, ficando limitado apenas à compreensão do espaço geográfico.” (BRASIL, 2004,

p. 338 *apud* SENE, 2014, p. 36). Tal perspectiva era defendida por aqueles que adotavam pensamentos estabelecidos pelo professor Milton Santos³.

Como é possível perceber, tal debate está mais centrado na Geografia Acadêmica do que na escolar, por mais que esteja materializado em um documento curricular, de modo que não necessariamente reverbera-se no trabalho e práticas pedagógicas dos professores da Escola Básica. Em contrapartida, assim como Sene (2014) pontua, grande parte dos docentes em nada, ou quase nada, se sustentam sobre documentos como este, deixando claro, portanto, que existe uma grande diferença entre o currículo estabelecido nas propostas oficiais e aquele que, de fato, é praticado nas salas de aula, tendo em outras lógicas e materiais a sustentação de sua criação.

Dessa forma, Sene (2014) nos apresenta que há divergências quanto à produção dos materiais escolares, uma vez que os parâmetros e orientações curriculares não possuem força de lei, de modo que cada interlocutor interpreta essas propostas curriculares à sua maneira. Além disso, também é posto que existem outros agentes envolvidos na construção dos currículos da Escola Básica, pondo que no ensino fundamental, majoritariamente, a responsabilidade recai sobre os municípios, especialmente no Fundamental I, de forma que quando olhamos para o Ensino Médio, nos defrontamos com a presença dos estados da federação.

Complementando tal construção, pensando nas instituições privadas, é importante lembrar, como o autor nos oferece, que o ensino médio ofertado em tais instituições, possui um caráter mais propedêutico, logo, é influenciado diretamente pelos exames de vestibulares direcionados às universidades. Acrescente-se, ainda, a presença da tradição regional, ou como Sene coloca, “vulgata”, pensando a disposição dos conteúdos importantes, de maneira que diante de tantas sobreposições, esta tradição permanece enquanto um fio condutor extremamente presente na construção dos currículos e da afirmação dos conteúdos a serem tratados e explorados nos muitos materiais didáticos.

³ Por mais que Milton Santos nunca tenha defendido tal entendimento (SENE, 2014).

2.1 A tradição regional como uma constante na geografia escolar

Antes de darmos início à discussão sobre a tradição regional, destacamos que o trabalho de Vilela (2016) e Lopes (1997) trazem importantes contribuições ao pensarem o debate posto anteriormente por Sene (2014). Para a primeira autora o conhecimento escolar é um objeto complexo, ou seja, composto no embate dos demais saberes sociais, sobretudo o conhecimento científico e o cotidiano, sendo o primeiro organizado de maneira independente do segundo. Dessa forma, Vilela (2016), com base em Lopes (1999, p.138), afirma que o conhecimento escolar deve ser tido a partir de uma lógica própria. Citando Chervel (1990) e Forquin (1992), é posto que as disciplinas escolares não são meras derivações das acadêmicas, de modo que os embates característicos dos meios científicos são postos em uma postura dialógica com a cultura escolar, criando, com isso, características próprias da escola. Portanto, estes dois campos do saber se complementam, se refratam e se ressignificam.

Lopes (1997) complementa esta questão ao trabalhar o conceito de mediação didática, o apresentando da seguinte forma: “(...) processo de constituição de uma realidade através de mediações contraditórias, de relações complexas, não imediatas, com um profundo sentido de dialogia” (LOPES, 1997, p. 564). Ou seja, trata-se da construção de produtos próprios da escola, ao buscar conectar o saber advindo da Academia ao que a autora classifica de concepções cotidianas, o que, inclusive, acaba incorrendo, em alguns momentos, em transmutação de conceitos acadêmicos em outros que, por não considerarem toda a soma de fatores correlatos que tornam possível a estruturação de tal conceito, chegam a alterar fortemente a natureza deste, em busca de torná-lo mais assimilável à comunidade escolar.

Não está em nosso escopo aprofundar tal estrutura; porém, vale sublinhar que as contribuições de Lopes (1997) são fundamentais para compreendermos a escola não como mera reprodutora de saberes advindos da universidade, mas como a instituição que possui a responsabilidade de tornar acessível um conhecimento, de modo que ele possa ser transferido. Esta prática necessita da articulação entre o que fora retirado da Academia aos elementos que compõem a realidade escolar, criando, seguindo o que fora

exposto por Sene (2014) e Vilela (2016), algo absolutamente novo, reforçando a ideia, assim como a autora estabelece, de uma escola socializadora/produzora de conhecimentos, em contraposição a uma concepção de instância focada apenas na reprodução, em sala de aula, de conhecimentos acadêmicos.

Apresentadas estas discussões iniciais, damos início ao debate sobre a tradição regional, que pode ser entendida como uma constante na Geografia Escolar, uma vez que para compreendermos o conteúdo apresentado no livro didático, antes é necessário entender como esta obra é organizada.

Vilela (2016) nos convida a pensar a tradição regional nos trabalhos acadêmicos de outrora, de modo que, nos trabalhos regionais, a delimitação espacial era muito bem definida, com suas particularidades necessariamente sendo descritas enquanto o principal objetivo do estudo. Ademais, citando Abreu (2012, p. 36), é exposto que a região era tida como uma unidade espacial autônoma, uma área autossuficiente. Portanto, a região configurava a centralidade nos estudos geográficos já que grande parte dos trabalhos desenvolvidos a consideravam enquanto o cerne de todo o estudo.

Os trabalhos apresentados, pautados sobre tal perspectiva regional, durante o século XX, possibilitaram formas de compreender o espaço a partir da integração das características ímpares de cada paisagem, com isso proporcionando diferenciações entre estas. As monografias regionais buscavam extensas descrições dos componentes presentes nas regiões, de modo a integrar a atividade humana aos elementos do meio. Pensando em todos esses pontos, Vilela (2016) ressalta a linguagem descritiva típica desses estudos, uma vez que o método base para estes era a descrição, algo que a autora entende como ainda presente no conhecimento escolar. De modo a complementar o debate, Abreu (2012) é citado, como segue abaixo:

[...] o caráter descritivo é facilmente identificável quer nas descrições das paisagens naturais, quer na classificação dos países, segundo critérios socioeconômicos e culturais (países do primeiro, segundo e terceiro mundos, por exemplo), quer nas distribuições da produção econômica no território dos países, quer nos recortes político-administrativos. (ABREU, 2012, p. 82 *apud* VILELA, 2016, p. 33)

Dessa forma, entendendo como tal tradição se difunde no conhecimento geográfico brasileiro, seja o escolar, seja o acadêmico, temos, portanto, que a primeira corrente teórica consolidada no Brasil, de acordo com Martins (2011)

apud Vilela (2016), foi a francesa, considerando a vinda, nessa época, de professores franceses na intenção de desenvolverem estudos sobre o nosso território, nas recém criadas instituições de ensino superior. Nesse período, é percebida a presença da Geografia Lablacheana em livros didáticos, a partir de uma lógica em que os jovens professores de Geografia, formados nessas então recentes instituições, eram influenciados pela tradição regional francesa, uma vez que, a ciência geográfica estava imersa em tal lógica de produção, o que explica a chegada de tal ideário às escolas brasileiras. Outrossim, sobre o início da Geografia como ciência e enquanto disciplina escolar, Vilela (2016, p. 35) nos lembra:

No caso brasileiro, a Geografia consolidou-se como ciência a partir da década de 1930. Como disciplina escolar, autores como Vlach (2004) e Pontuschka (1999) destacam que esta esteve presente desde o século XII. (VILELA, 2016, p. 35)

A tradição regional recebeu diversas críticas, dentre elas a de que a Geografia como Ciência, não apresentava um método bem estabelecido, sendo acusada de transgredir os limites de seu campo de investigação (CLOZIER, 1950, p. 87 *apud* VILELA, 2016, p. 34). Movimentos de renovação, focados na busca por um método preciso, foram pensados. Estes tinham em comum a negação ao projeto tradicional da Geografia, uma vez que esta era tida enquanto uma tediosa descrição de acontecimentos, “(...) sem poder jamais ligá-los através de uma relação geral e teórica” (GOMES, 1996, p. 257 *apud* VILELA, 2016, p. 35).

No Brasil, a partir da década de 1970, as correntes críticas tiveram um impacto bastante significativo no ensino de Geografia escolar, já que é dito, inclusive, que a renovação crítica se deu, logo de início, na escola, para então chegar à Academia. Vilela (2016, p. 37), tratando de tal questão, cita Vesentini (2004) afirmando que, enquanto os trabalhos de referência da Geografia Crítica eram escritos na Europa e EUA, aqui, já eram desenvolvidas aulas diferentes, em relação à tradição descritiva.

Durante a renovação crítica da Geografia brasileira, tal cenário também se expressou nos livros didáticos da época, considerando que formas e conteúdos inovadores foram pensados para atribuir um caráter mais “crítico” ao ensino de Geografia. A organização tradicional, isto é, regional, dos conteúdos passa a ser vista como alienadora, devendo ser combatida e esquecida. Para

Cavalcanti (2008, p. 36), citada por Vilela (2016, p. 37), muitos autores críticos apontam a Geografia Escolar enquanto incapaz de superar as descrições e enumerações de dados e fenômenos, algo que corrobora o que havia sido dito anteriormente, uma negação total dos aspectos característicos da tradição da Geografia.

Há de se concordar com Vilela (2016), quando esta aponta ao fato de as inovações - características dos movimentos de renovação no ensino de Geografia - estarem presentes nos materiais escolares, o ponto central nessa lógica é o fato de estes terem conseguido espaço a partir da negociação com as tradições existentes. A autora vai além, comentando sobre o fato de estas renovações só serem possíveis por conta de estruturas anteriores relativamente estáveis. Avançando um pouco mais, ainda é dito, inclusive, que um currículo de Geografia mais crítico só se faz possível a partir de tal configuração.

Portanto, a tradição regional é o fio condutor que organiza todos os conteúdos dispostos no livro didático, tornando possível, inclusive, a inserção de inovações vindas dos movimentos de renovação da Geografia. O interessante é perceber como que essa “espinha dorsal”, tão criticada ao longo da história, precisou ser considerada para que novos conteúdos, inclusive os críticos a ela, possam ser inseridos, não só nos materiais didáticos, como também no dia a dia da escola (as proporções desta mescla se dão a partir das finalidades escolares materializadas na negociação típica do jogo de forças característico do espaço escolar). O livro didático aparece, então, como um retrato dessas negociações.

A partir de tal constatação, pensando nas análises que serão feitas, assim como na justaposição das obras, se mostra necessário, no presente trabalho, buscar a presença da tradição regional no corpo do texto dos capítulos, entendendo como esta organiza/introduz seus conteúdos.

2.2 A importância do “enunciado”

Uma vez trabalhada a natureza dos livros didáticos no ensino de Geografia, colocando-os como um produto original vindo da cultura escolar),

somada ao debate sobre a tradição Regional, enquanto um elemento fundamental a organização dos conteúdos presentes nos livros, faz-se necessário pensar quais conteúdos são esses, e por quais motivos estes, e não outros, estão elencados nos livros didáticos. Toda essa percepção é fundamental para começarmos a conjecturar o nosso objeto de estudo.

Para tanto, o entendimento sobre o que significam os “enunciados”, a partir da contribuição de Vilela (2018), no sentido proposto por Foucault (1996; 2010), se mostra necessário. De início, é bom ter exposto que não se tratam de palavras, simplesmente, mas de uma função caracterizada por configurações de seu tempo, expressas a partir de signos, ou, de modo mais completo, “são o resultado de processos discursivos situados historicamente” (VILELA, 2018, p. 2). A autora segue afirmando que os enunciados estão no nível do “diz-se”, portanto, ao analisarmos os livros de Geografia, estamos nos atentando àquilo que é dito, considerando que “(...) estamos sempre obedecendo a um conjunto de regras, dadas historicamente, e afirmando verdades de um tempo” (FISCHER, 2001, p. 204, *apud* VILELA, 2015, p. 203).

Nesse sentido, os enunciados estão dispostos nos discursos e, como propõe Vilela (2015), citando Fisher (2011), a função do pesquisador está centrada na localização de tais enunciados, de modo a explicar como estes aparecem e se distribuem no interior de seus conjuntos, criando, de fato, uma unidade.

Complementando a ideia anterior, na análise de discursos — aqui, os apresentados em livros didáticos — sempre se deve questionar sobre os motivos pelos quais tais enunciados foram dispostos em suas obras, ao invés de outros. O cerne de todo o processo não é a descoberta do que está por trás daquilo que está dito, na verdade, a análise dos enunciados, segundo Vilela (2015), se pauta sobre o entendimento destes em sua superficialidade. Portanto, estamos nos questionando sobre os escolhidos, frente a tantos outros excluídos, além disso, o seguinte questionamento, “(...) que singular existência é esta que vem à tona no que se diz e em nenhuma outra parte?” (FOUCAULT, 2010, p. 31 *apud* VILELA, 2015, p. 204), é fundamental para compreendermos toda a estrutura das obras sobre as quais nos debruçamos.

Ou seja, os discursos apresentados em livros, considerando Vilela (2018), são aqueles tidos como válidos, posto que neles estão presentes os

enunciados entendidos como importantes ao espaço escolar e, olhando de modo específico, ao conhecimento escolar em Geografia. Estes, assim como a autora põe, “(...) constituem os sentidos que conferem qualidade em um certo espaço/tempo” (VILELA, 2018, p. 2). Os enunciados não necessariamente, são abordados na forma textual apenas, mas também, enquanto imagens, organização dos conteúdos, além da ordem em que estes elementos são dispostos.

Pensando em todos os pontos trabalhados acima, nos utilizaremos da abordagem apresentada pela autora anteriormente citada, enquanto mais um elemento fundamental na metodologia de análise dos livros didáticos, uma vez que a busca pelos enunciados que compõem os textos será de fundamental importância para conseguirmos situar os livros, e seus discursos, historicamente e discursivamente, algo que possivelmente nos trará interpretações interessantes, uma vez que, estamos lidando com obras de períodos diferentes.

2.3 A espacialidade dos fenômenos

Nesse momento do texto, complementando todos os elementos trabalhados até então sobre livro didático, vislumbramos a apreensão sobre a intenção dessas obras como mais um subsídio importante a presente monografia. Com isso, uma pergunta chave foi formulada, sendo ela: “Qual o objeto de estudo dos livros didáticos de Geografia?”.

No intuito de responder a essa pergunta, recorreremos à compreensão sobre o conhecimento geográfico como fundamental para que os alunos entendam as espacialidades produzidas, a partir das relações entre os múltiplos componentes espaciais presentes na própria cotidianidade deles. A partir de então, nos baseando em Straforini (2018), apontamos a um conceito detentor de centralidade no processo de “defesa da Geografia enquanto conhecimento e disciplina escolar”: a espacialidade dos fenômenos⁴.

⁴ Outros textos utilizados: Scalercio (2018), Gomes (2009 e 2017), Cavalcanti (2013), Ascensão e Valadão (2011), Santos (1997), Gonzáles (2015), Castellar e De Paula (2020), dentre outros.

Tal conceito, assim como o autor supracitado nos oferece, é produto da articulação entre o tripé metodológico da Geografia – Onde, Como e Por quê? - , e os seus conceitos fundantes, bem como também resulta da articulação entre os processos antropogênicos e físicos, uma vez que a relação entre estes atribui materialidade ao fenômeno espacial na sua condição indivisível de sujeito e sujeito. Santos (1997, p.72) ao tentar pensar um objeto geográfico (“Um Objeto Geográfico?”), aponta que os múltiplos objetos que compõem a Geografia são tanto do domínio da tida Geografia física, como também da humana, posto que, de acordo com a forma como foram produzidos mudam, e estes dois domínios acabam se encontrando.

Esmiuçando o referido tripé metodológico, temos de pensar o que significam esses três elementos tão fundamentais, onde (localizar), como (descrever) e por quê (analisar). O primeiro destes, “onde” - partindo das apreensões expostas por Straforini (2018) -, é tido enquanto a localização dos atributos que compõem tanto o fenômeno a ser estudado, como também o espaço no qual este está inserido. Da mesma forma, o “como” se pauta sobre a distribuição dos atributos vistos anteriormente, considerando se estão concentrados ou distribuídos sobre o espaço. O “porquê” é encarado enquanto a interpretação oriunda da análise combinada dos dois elementos anteriores (Onde e Como).

Temos que tal tripé evidencia a “ordem espacial” (GOMES, 2009). A partir disso, o autor em tela nos afirma que todos os objetos e fenômenos espaciais se dão a partir da organização de seus componentes. Estamos tratando da existência de “um arranjo físico das coisas, pessoas e fenômenos que é orientado seguindo um plano de dispersão sobre o espaço”. Logo, há lógicas, motivações, uma coerência para que tal distribuição se dê. Reforçando, Scalercio (2018) coloca que o raciocínio geográfico possui uma pergunta norteadora, sendo esta: “por que isso está onde está?”, recaindo sobre a Geografia a função de desnudar a ordem espacial dos componentes do espaço, se preocupando em desenvolver análises e interpretações para alcançar tal objetivo. Tal estrutura nos fornece um sistema explicativo que se baseia sobre múltiplas escalas, variáveis e referências, criando conexões entre elementos das mais diversas naturezas, tornando necessário que descrições e

análises bastante complexas sejam feitas para que sua compreensão se materialize.

Em suma, sempre que houver uma distribuição e explicação quanto à disposição dos componentes sobre o espaço, teremos uma geograficidade, ou se preferirem, uma espacialidade (SCALERCIO, 2018). De modo a complementar ainda mais esse debate, citamos Cavalcanti (2013):

(...) Sua abordagem geralmente é feita a partir de interrogações ao objeto (fato, fenômeno, processo): Onde? Por que nesse lugar? Como é esse lugar? Ou seja, refere-se à localização e ao movimento que dá sentido a essa localização. (CAVALCANTI, 2013, p. 380)

Portanto, o tripé metodológico conforma uma maneira de pensar “que coloca em prioridade o desenho, o traçado, quando consideramos a localização das coisas, pessoas e fenômenos” (GOMES, 2017).

Olhando para os conceitos fundantes apresentados na constituição do que Straforini (2018) estabelece como “Espacialidade dos Fenômenos”, temos: Espaço, Tempo e Escala. O primeiro é posto, enquanto o conceito chave da Geografia, como sendo por meio dele que os fenômenos se materializam aos olhos do pesquisador, se tornam visíveis. O segundo expõe a duração do fenômeno espacial, de tal forma que a intenção primária deste, sua rugosidade, o motivo pelo qual se manifesta, é demonstrado.

Resgatando Ascensão e Valadão (2011), é posto que, ao observarmos um fenômeno a partir da lente oferecida por tal conceito, é possível a identificação dos diversos componentes presentes no fenômeno e na localidade na qual este está posto, expressando, portanto, “(...) a interação permanente entre componentes físicos e humanos” (ASCENÇÃO e VALADÃO, 2011, p. 162), permitindo a apreensão sobre “(...) como tais interações constituem as espacialidades nas quais eles se inserem” (ASCENÇÃO e VALADÃO, 2011, p. 162). Além disso, parafraseando Santos (1997), Straforini (2018, p. 185) aponta - a fim de comentar o modo pelo qual o tempo será mensurado -, que tal atividade depende da “(...) condição existencial das técnicas presentes nos objetos geográficos”. Não menos importante, a Escala é tida como o tamanho ou a abrangência do fenômeno, de tal modo que podem se materializar paralelismos escalares entre fenômenos distintos, logo, estamos falando sobre a apreensão da simultaneidade dos e entre os fenômenos desenvolvidos sobre o Espaço. Dessa forma, temos este último

conceito enquanto algo absolutamente distinto de uma pura relação matemática de redução do real para o plano.

A partir da exposição estabelecida nos parágrafos acima, acreditamos que uma possível resposta para a pergunta que deu origem a todo esse tópico (“Qual o objeto de estudo dos livros didáticos de Geografia?”) seja a espacialidade dos fenômenos. Não nos cabe mensurar se os livros didáticos, de fato, conseguem contribuir nesse sentido, porém, a partir dos diálogos travados com os autores citados, é possível vislumbrar que estas obras atuem como ferramentas, oferecendo subsídios para a construção do pensamento geográfico, por meio da interação professor-aluno.

Este pensamento seria uma forma de perceber os eventos que se desenvolvem sobre o espaço geográfico, compreendendo as múltiplas relações neles existentes, atribuindo ao aluno a capacidade de engendrar interpretações sofisticadas sobre os fenômenos espaciais, articulando, de maneira autônoma, o tripé metodológico aos conceitos fundantes da Geografia, correlacionando os aspectos tidos como humanos e físicos, alcançando, assim, a espacialidade dos fenômenos observados.

3 DISCUSSÃO SOBRE OS LIVROS DIDÁTICOS SELECIONADOS

No presente trabalho iremos nos debruçar sobre as seguintes obras: “Geografia Crítica: Geografia do Terceiro mundo” (versão de 1991), junto de sua versão mais recente, “Geografia Crítica: Geografia do mundo subdesenvolvido” (2009), ambas escritas por José William Vesentini e Vânia Vlach. Além destas, trabalharemos com os livros “Geografia Geral e do Brasil: Espaço Geográfico e Globalização”, com as duas versões do livro (1998 e 2016) possuindo o mesmo título, tendo sido escritas por Eustáquio de Sene e João Carlos Moreira.

É importante destacar que os livros em questão foram selecionados por conta de seus autores, considerando que, assim como nossa experiência em sala de aula nos sinalizou, suas obras costumam ser bastante populares e difundidas nas escolas, tendo substancial influencia nas aulas de Geografia. Além disso, pontuamos a dificuldade de encontrar as versões mais novas das obras⁵, o que nos motivou a utilizar aquelas que conseguimos ter acesso, a partir de nossas buscas.

Para conseguirmos alcançar nossos objetivos, precisamos saber quais enunciados serão buscados nas obras. Dessa forma, abaixo, utilizaremos as contribuições de Vilela (2018) para travar este debate. No tópico seguinte (“Os livros didáticos”), seguindo nossa metodologia apresentada na introdução, passaremos às análises e comparações entre as edições das obras. Por último, no terceiro tópico (“Justaposição das obras”) desenvolveremos a justaposição dos capítulos dos livros.

3.1 Os enunciados do conhecimento escolar em Geografia

Vilela (2013) afirma em sua tese de doutoramento que o conhecimento escolar em Geografia está permeado por um viés sobremaneira economicista, a partir da presença dos enunciados do discurso econômico. De modo a exemplificar tal constatação, é posto que a noção de desenvolvimento é absolutamente atrelada à concepção de desenvolvimento econômico.

⁵ Além da dificuldade natural da pesquisa, durante o percurso, teve início a pandemia de COVID-19.

Vilela (2018), focada neste enunciado, demonstra a sua importância para a Geografia escolar ressaltando que este funciona como um elemento fundamental na divisão dos conteúdos que serão estudados, além de ser responsável por atribuir nexos a muitas temáticas trabalhadas em sala, estando os conteúdos geográficos (espaço rural, espaço urbano, indústria, etc.) absolutamente entrelaçados à lógica da produtividade econômica.

A força de tal lógica é tamanha, que tudo aquilo que não se associa a ela é posto de lado, ou como a autora afirma, é colocado para “fora da ordem do discurso”, transmitindo, portanto, a nítida percepção da centralidade de tal lógica, sendo ela responsável pela atribuição de legitimidade e qualidade ao conhecimento geográfico na escola. Tendo isso em mente, os conteúdos tratados pela Geografia Física, como Vilela (2018) nos aponta, são deixados de lado, já que possuem menor imbricação com o discurso econômico, sendo menos valorizados, estando à margem do que constitui um “bom ensino de Geografia” (VILELA, 2013 *apud* VILELA, 2018, p. 3).

Vilela (2018) nos traz uma contribuição bastante interessante ao afirmar que, em virtude da presença da abordagem regional como uma constante na Geografia Escolar, esta abordagem passou a ser associada a enunciados do discurso pedagógico, sendo, portanto, de forte teor didático. Ou seja, também atribui o valor de verdade e qualidade a constituição do conhecimento.

A autora ainda aponta que, para além da presença dos enunciados do discurso econômico, associados à abordagem regional, temos a presença de ditos populares, ou seja, conhecimentos vistos pela sociedade como importantes, que são absorvidos pela Geografia escolar. Tal absorção não se dá de modo automático, ao contrário, estes são disputados, entre as disciplinas, na constituição do conhecimento escolar. A exemplo disso, temos o discurso ambiental, cultural e histórico, apontados por Vilela (2018), enquanto exemplos de conhecimentos disputados pelo conhecimento escolar em Geografia.

Sobre as disputas que ocorrem no espaço escolar, focadas nas delimitações das fronteiras entre as disciplinas, temos como exemplo a relação entre a Geografia e a História. Nesse sentido, o discurso histórico é utilizado enquanto introdução aos temas geográficos, principalmente quando tratamos da Geopolítica. Vilela (2018) aponta que o discurso histórico é tido enquanto

acessório, mantendo a sua estrutura, como “blocos de textos” que detém a função de transmitir o contexto, dessa forma, passando a imagem de terem sido recortados de um livro de história e adicionados ao material didático de Geografia.

Exemplificando o que fora dito, a autora apresenta um trecho do capítulo retirado de um livro didático de Geografia, intitulado: “O fim da União Soviética e a nova geopolítica de região”:

A partir da segunda metade do século XIX, ao mesmo tempo em que as nações europeias realizavam a Segunda Revolução Industrial, a Rússia, até então governada por czares, passou por expressivo crescimento econômico. (...) Diante desse quadro social desolador, tornou-se crescente a insatisfação popular com a nobreza russa. Esta situação fez surgir, no início do século XX, várias assembleias e conselhos comunitários de trabalhadores, os chamados soviets. (...) Com a entrada da Rússia na Primeira Guerra Mundial (1914- 1917), a condição de vida da população tornou-se ainda pior, levando os soviets a ganhar destaque no cenário nacional. Em 1917, camponeses, operários e muitos soldados do Exército realizaram um levante contra o governo czarista, dando início à Revolução Russa. (BOLIGIAN *et al.*, 2009 p. 136, *apud* VILELA, 2018, p. 10).

As discussões típicas da Geopolítica foram inseridas na Geografia escolar concomitantemente ao que era produzido pelo movimento crítico. Os enunciados da Geopolítica propõem questionamentos à relação entre países, considerando o poder como associado às condições econômicas, como Vilela (2018) nos mostra. Portanto, questões absolutamente distintas daquelas presentes na Geografia escolar tradicional. A autora, porém, aponta que tais debates conseguiram espaço a partir do fortalecimento do discurso econômico, considerando as múltiplas associações deste com outros discursos.

Ainda sobre a Geopolítica, Vilela (2018) nos aponta ao fato de que alguns conceitos mobilizados por esta também são disputados pela História (bem como pela Sociologia). Nesse sentido, incorporar estes conceitos aos temas geográficos poderia ser encarado como uma transposição das fronteiras entre as disciplinas, nesse caso, mais especificamente, a disciplina escolar História. A partir de então, manter os textos históricos da forma como estão postos, se demonstra como um ato de respeito ao que “é” da História. Assim como a autora põe, “(...) A utilização desta estratégia é uma forma de ‘dizer’ algo; de negar, de maneira ‘elegante e respeitosa” (VILELA, 2018, p. 11), esta

postura deixa claro o que é da Geografia e o que não é, destacando os textos históricos, preservando seus formatos e suas linguagens.

Portanto, é notória a existência da interdiscursividade entre Geografia e História, de modo que esta se dá a partir de forte ligação com o discurso econômico e com aspectos ditos críticos, estando relacionados a questionamentos sobre a desigualdade. Além disso, o discurso geopolítico tem sido a porta de entrada para que diversidade cultural e respeito às diferenças possam ser discutidos em sala, estando relacionado às diferenças culturais e religiosas que, combinadas ao discurso econômico, produzem conflitos, questionamentos, em que a diferença entre os povos e suas visões de mundo tornam-se evidentes (VILELA, 2018).

Tendo apontado todos os elementos discutidos pela autora, que compõem, como ela própria afirma, o “caldeirão de enunciados que constituem o conhecimento escolar em Geografia” (VILELA, 2018, p. 12), podemos passar à análise e justaposição dos livros didáticos.

3.2 Os livros didáticos

Livro 1A: Geografia Geral e do Brasil: Espaço Geográfico e Globalização (edição de 1998)

Esta obra foi escrita por Eustáquio de Sene e João Carlos Moreira e publicada pela editora Scipione. A edição analisada é a de 1998, estruturada em 503 páginas, com o capítulo sobre China contando com 10 páginas divididas em seções, sendo estas: a) “Da China Imperial À China Comunista”; b) “A China Comunista”; c) “O Processo De Industrialização”; e d) “A Economia Socialista De Mercado”. Dessa forma, passemos aos comentários.

a) Da China Imperial À China Comunista

Neste tópico do capítulo, o foco maior está na abordagem relativa à história chinesa, lançando luzes sobre o limiar do século XX, sem deixar de comentar que existiram dinastias pretéritas - “*A China é um país milenar e foi governada, ao longo dos séculos, por várias dinastias*” (Sene e Moreira, 1998. p. 174). Os autores continuam a tratar da história deste país até chegarem na

revolução socialista de 1949, momento em que concluem o primeiro tópico do capítulo.

O enunciado histórico se faz presente em todo o texto, nos rememorando, inclusive, ao que fora dito por Vilela (2018), quando é comentado sobre o modo como os livros didáticos de Geografia utilizam os textos históricos. Dessa forma, o momento do texto em questão não oferece qualquer “indício” de estarmos debruçados sobre um material didático de Geografia, nos permitindo perceber o respeito aos limites epistemológicos entre as disciplinas, já que está claro o que pertence a tradição do discurso Histórico. Para exemplificar o que fora dito, temos:

No início do século XX, surgiu um movimento nacionalista hostil à dinastia Manchu e à dominação estrangeira, sob a liderança de um jovem médico chamado Sun-Yat-sen. Crescendo cada vez mais, esse movimento acabou culminando, em 1911, numa revolução que atingiu as principais cidades do país. Essa revolução pôs fim ao império e instaurou a república, em 1912. Sob a liderança de Sun Yat-sen, foi organizado o Partido Nacional Chinês, o Kuomintang. (SENE e MOREIRA, 1998, p. 174).

A partir da estrutura trabalhada anteriormente, era esperado que os enunciados geopolíticos fossem introduzidos pelos históricos, como de fato ocorreu. A exemplo disso, segue abaixo:

[...] Em 1934, os japoneses implantaram na Manchúria, com a conivência das potências ocidentais, Manchukuo (Reino Manchu), um país apenas formalmente independente, tendo como governante Pu Yi, o último imperador chinês, que ficara aprisionado na cidade proibida desde a proclamação da República, em 1912, quando ainda era criança. Pu Yi era um imperador fantoche. Quem mandava de fato em Manchukuo eram os japoneses, que tinham se apoderado de uma das regiões mais ricas em minérios e combustíveis fósseis de toda a China. (SENE e MOREIRA, 1998, p. 175).

A introdução de conteúdos geopolíticos, por intermédio da abordagem histórica, é importante ao conjunto da obra, porém acreditamos que análises geopolíticas constituídas a partir do olhar geográfico poderiam se fazer presentes; os trabalhos produzidos por geógrafos, relativos à Geografia Regional Mundo, muito possivelmente contribuiriam para a formulação dessas análises.

b) A China Comunista

Neste tópico, a abordagem histórica permanece presente com muita força, de tal forma que o foco dos autores se centra em tratar da atuação do Estado Chinês pós processo revolucionário, comentando rapidamente sobre a estrutura do recente governo socialista, em que, Mao Tsé-Tung passou a ocupar o posto de secretário geral do Partido Comunista Chinês, apontando as similaridades existentes com a União Soviética, momento em que, fala-se das comunas populares inspiradas no kolkhozes. A diferença entre os dois países socialistas fica marcada pelos processos revolucionários vividos em ambos; na China, foram os camponeses que guiaram a revolução, enquanto que, para os soviéticos, esse movimento se deu a partir dos trabalhadores industriais.

c) O Processo De Industrialização

A exemplo do título acima, nesta seção do livro, os autores passaram a tratar do processo de industrialização chinês. Nesse sentido, apontam que este foi pensado, basicamente, sobre o modelo soviético, com o Estado responsável por planificar a economia, de tal forma que, em 1957, Mao lança seu plano “Grande Salto à Frente”, uma vez que este focava basicamente na implantação de um parque industrial amplo e diversificado, de modo a queimar etapas no processo de consolidação do Socialismo chinês, demonstrando a utilização da abordagem histórica como uma forma de introduzir os enunciados econômicos. O texto segue lembrando de alguns elementos, como o fato de o modelo de produção ter adotado os parâmetros soviéticos, o apontamento à Revolução Cultural (1966 — 1976) e suas consequências econômicas, o fim da relação sino-soviética, e a morte de Mao Tsé Tung e sua substituição por Deng Xiaoping. É interessante perceber como o enunciado histórico é permanente, de tal forma que, neste tópico ele também age introduzindo os enunciados geopolíticos.

d) A “Economia Socialista De Mercado”

Esta seção foca em tratar da construção da estrutura política e econômica que os autores intitulam “Socialismo de Mercado” presente na China. Alguns pontos importantes do corpo do texto serão apresentados aqui, de modo a pensar a forma como os autores abordam essa discussão.

De início, é posta a responsabilidade pelo começo deste processo nas mãos de Deng Xiaoping, por conta das reformas de 1978, com a abertura econômica chinesa ao exterior. Curiosamente, algumas frases, que possivelmente podem indicar a opinião dos autores, foram utilizadas na redação para dar início ao debate, como por exemplo, “estado de letargia” (SENE e MOREIRA, 1998. p. 178), nos denotando a imagem de que a economia chinesa estava “parada”, estagnada, desde o seu processo revolucionário, enquanto que o desenvolvimento econômico é tido como dependente desta abertura, o que, ao nosso ver, é encarado pelos autores como algo positivo. O enunciado histórico é peça chave em toda a escrita desta introdução, assim como também se faz presente no desenrolar de outras informações apresentadas ao longo do texto.

Seguindo a breve introdução, a avaliação, em forma de carta, do então secretário geral do Partido Comunista Chinês, Jiang Zemin, posta no XIV Congresso Nacional do Partido Comunista Chinês, sobre as mudanças ocorridas na economia chinesa, é apresentada. Novamente, a perspectiva histórica⁶ se mostra muito presente.

Os autores seguem, pós apresentação da carta, comentando sobre o processo em questão, destacando que este se tratava de uma lógica dependente das reformas econômicas. Há uma mescla entre os enunciados históricos e econômicos, com os primeiros introduzindo os segundos. Entretanto, na conclusão do parágrafo, o texto se torna completamente histórico, ao tratar do Massacre da Praça da Paz Celestial, ocorrido em 1989.

Na sequência, novamente o discurso histórico introduz o econômico, tal relação se dá a partir da seguinte estrutura: comentários são feitos sobre as reformas postas em prática por Deng Xiaoping, apontando ao fato de a população chinesa ser majoritariamente camponesa, posto que 70% desta estava no campo. O livro destaca que as comunas populares foram extintas, entretanto, os camponeses poderiam continuar produzindo nelas. A partir de então, uma parcela desta produção deveria ser entregue ao poder público e o restante comercializado no mercado. Com isso, segundo os autores, relações

⁶ De modo a reforçar o que constitui a perspectiva histórica, nos baseando em Vilela (2018), apontamos que esta é tida enquanto acessório, tendo sua estrutura como “blocos de textos” que detém a função de transmitir o contexto, passando a imagem de terem sido recortados de um livro de história e adicionados ao material didático de Geografia.

capitalistas começaram a ser permitidas, uma vez que as restrições à contratação de mão de obra passaram a ser suspensas. Da mesma forma, subsídios foram entregues aos consumidores de modo a estimular o mercado interno, com isso, a iniciativa privada foi estimulada e o poder de compra cresceu. Esta contextualização apresentada se mostra interessante, já que na sessão seguinte desta monografia, em que, dissertamos sobre contribuições quanto ao conteúdo China, este cenário é apresentado, de tal modo que podemos salientar que a síntese dos acontecimentos feita pelos autores respeitou pontos bastante importantes à conjuntura que se desenrolava, como o fomento a iniciativa privada, a partir da ação estatal.

O texto aponta que a grande virada na economia chinesa se desenvolveu a partir da abertura das Zonas Econômicas Especiais nas províncias litorâneas. Este nos diz as cidades em que foram implementadas e o objetivo fundamental do desenvolvimento de tal configuração espacial, deixando claro que o foco era a atração de capitais externos, atribuindo ao capital estrangeiro quase total liberdade de atuação. É notória a presença de um discurso que nega completamente todas as políticas desenvolvidas pelo Estado Chinês, desde 1949, importantes para a construção de uma conjuntura que tornou possível a abertura econômica subsequente. Há um tom amistoso no corpo do texto que denota a visão otimista dos autores quanto às reformas econômicas desenvolvidas pelo governo de Deng Xiaoping.

A partir daí, Sene e Moreira (1998, p. 181) nos informam que a economia da China cresceu, mais ou menos, 9% ao ano na década de 1980, ao passo, em que, a província de Guangdong, então a mais dinâmica do país, onde a internacionalização estava mais avançada, crescia na média de 12,5% desde 1979, corroborando, dessa forma, a ideia de crescimento virtuoso nas regiões abertas ao capital externo. Novamente, o crescimento econômico chinês é visto como derivado das regiões de capital aberto, e das reformas econômicas. O passado é tido quase que de maneira descolada, não sendo citado, e quando isso ocorre, críticas são feitas àquela conjuntura, como se nada do que fora feito anteriormente tivesse qualquer ligação com a realidade descrita nesta seção.

O livro aponta ao fato de o *made in China* ter invadido o mundo, a partir dos salários baixos e de uma profunda abertura econômica. A exploração

desenvolvida pelo Estado Chinês sobre seus trabalhadores é apresentada, junto da abertura econômica, como justificativa para a maior presença dos produtos chineses nos mais diversos territórios ao longo do nosso planeta, demonstrando a forma como os autores enxergam o desenvolvimento econômico, e o crescimento da competitividade dessa economia, pondo a resposta para esses elementos como sendo, também, derivada de uma mão obra extremamente barata⁷ (mas também, muito disciplinada e trabalhadora — parafraseando os autores), informação que, de forma alguma, continua sendo verdadeira. A atual média salarial chinesa já é superior à brasileira, como também, a de outros países latino americanos, a exemplo de México e Colômbia (UOL, 2017). Pensando na Indústria, os trabalhadores chineses estão entre os mais bem pagos no país. Colocando novamente em comparação com a América Latina, apenas o Chile possui médias salariais superiores nesse setor (UOL, 2017).

Ainda nesta seção do livro, um mapa é apresentado com a localização das regiões industriais (figura 1). Destacamos que este é utilizado com a intenção de ilustrar as informações trabalhadas, entretanto, o mesmo possui a potencialidade de ser utilizado, por parte do professor, enquanto um gatilho geográfico (SCALÉRCIO, 2018), já que, a partir dele, podem-se iniciar questões que nos façam refletir quanto à disposição dos objetos sobre o espaço, averiguando a dimensão espacial do processo em questão, entendendo a organização (concentração ou dispersão) das infraestruturas sobre o espaço.

⁷ Não são feitos comentários sobre a influência da infraestrutura de transportes nesse processo, assim como também, não mencionam a qualificação desta mão de obra (outros possíveis elementos também não são mencionados), restringindo a análise à abertura econômica e a mão de obra barata.

Figura 1: Concentrações Industriais na China.



Fonte: Sene e Moreira, 1998, p. 182.

Um ponto muito interessante de se comentar é o fato de os autores salientarem a diferença de crescimento das empresas na China, atribuindo grande destaque às empresas privadas, dando foco à disparidade entre os índices de crescimento destas em relação ao setor estatal e as empresas mistas. O livro foi escrito em um período em que se desenrolava um robusto crescimento do setor privado, um fenômeno guiado pelo Estado Chinês, entretanto nenhuma menção a este cenário foi feita, muito possivelmente pela dificuldade de acesso a essas informações na época em que a obra foi escrita, de todo modo, fica a menção a este ocorrido.

Concluindo, os enunciados histórico e econômico marcam todo o capítulo, de modo que o primeiro aparece com maior frequência em toda a escrita, introduzindo, não só o enunciado geopolítico, como também o econômico. Além disto, a visão dos autores, atribuída principalmente ao processo de desenvolvimento chinês é muito marcada por um posicionamento favorável às reformas econômicas postas em prática a partir de 1978, de modo que qualquer influência sobre este processo advinda do período Maoísta não é sequer mencionada, tratando a abertura da economia chinesa às práticas de mercado como se fosse a única ação responsável por tornar o país em uma

economia de grande presença no cenário mundial, com números de crescimento econômico muito expressivos.

A pouca presença de mapas também merece destaque, sendo notória a existência de apenas um em todo o capítulo, por mais que sua utilização ofereça potencialidades a prática do professor de Geografia em sala.

Livro 1B, edição mais recente:

Geografia Geral e do Brasil: Espaço Geográfico e Globalização (edição de 2016)

Como já mencionamos, nos debruçamos também sobre uma edição mais recente do livro, no caso de 2016. Igualmente escrita por Eustáquio de Sene e João Carlos Moreira, foi publicada pela editora Scipione. De tamanho reduzido, está estruturada em 368 páginas, com o capítulo sobre China contando com 13 páginas divididas em tópicos, sendo estes: “a) Síntese Histórica: Formação Da China Comunista”; b) “Os Fatores Da Industrialização”; c) “A “Economia Socialista De Mercado” E As Reformas”; d) “A “Fábrica Do Mundo” E Suas Contradições”; e) “Máquina Exportadora”; e f) “Setores Industriais E Sua Distribuição”. Dessa forma, passemos aos comentários.

a) Síntese Histórica: Formação Da China Comunista

Iniciando o capítulo, temos grande parte dos temas históricos, vistos na edição anterior, sendo agora tratados em tópicos, tornando a leitura desta contextualização muito mais rápida e direta. A ideia de transmitir, a partir do enunciado histórico, um contexto, é muito nítida, uma vez que a maior densidade de conteúdos vem nas seções seguintes do capítulo. Esta divisão em tópicos pode ser percebida abaixo:

De Império a República

- Ao longo de séculos, a China alternou períodos de maior ou menor produção econômica, tecnológica e cultural, mas, no fim do século XIX, sob o Império Manchu, estava decadente e dominada.
- No início do século XX, sob a liderança de Sun Yat-sen (1866-1925), foi organizado um movimento republicano e nacionalista hostil à dinastia Manchu e à dominação estrangeira.
- Em 1912, a vitória desse movimento deu origem à República da China, que passou a ser governada pelo Partido Nacionalista, o **Kuomintang**, criado por Sun Yat-sen (“...”) (SENE e MOREIRA, 2016, p. 202).

b) Os Fatores Da Industrialização

Por mais que os autores tenham estruturado o discurso histórico na forma de tópicos logo no início do capítulo, na seção "Os fatores da Industrialização", percebe-se com bastante clareza a presença da abordagem histórica como pano de fundo para tratar do processo de industrialização chinesa, introduzindo-o, assim, como já havia sido percebido na edição mais antiga do presente livro didático. É importante relatar que a abordagem dos conteúdos também está mais enxuta, principalmente nos pontos já vistos na edição anterior, existindo uma mescla entre conteúdos novos, como a posse de Ji Xim ping, em 2013, e outros já vistos no passado, como a atribuição à China de um estado de *letargia* até as reformas feitas em 1978, neste, por mais que a escrita esteja ligeiramente modificada, ainda assim, a ideia geral permanece a mesma.

c) A “Economia Socialista De Mercado” E As Reformas

As informações econômicas presentes na obra são, em grande parte, apresentadas a partir do enunciado histórico, quando alguns dados nos são demonstrados, por mais que algumas passagens puramente econômicas também estejam presentes, porém, sendo uma minoria.

Nesta seção, um mapa (Figura 3) bastante interessante nos é apresentado, posto que se trata da atualização daquele presente na edição anterior da obra, de modo que, assim como sua versão mais antiga, este possui a capacidade de tratar, por intermédio do professor, da disposição das áreas abertas em porções do território chinês, buscando a resposta para a distribuição desses elementos sobre o espaço, se apresentando como uma ferramenta bastante interessante para trabalhar com os alunos elementos fundamentais para a construção do olhar geográfico. Abaixo, temos o mapa em questão:

Figura 2: China: áreas abertas ao exterior.



Fonte: SENE; MOREIRA, 2016, p. 205.

Novas imagens são utilizadas para retratar a realidade da economia chinesa atualmente. A maior mudança, nesse sentido, é a junção destas a esquemas informativos (Figura 3) que complementam, tanto o texto acima delas, como também o próprio sentido das imagens. Esta, sem dúvidas, é uma organização dos conteúdos completamente diferente da presente na edição mais antiga. Além disso, notamos o trato dos fatores locais, responsáveis pela atração de empresas à China, sendo desenvolvido com clareza e separação visual, tornando possível a constatação do tripé metodológico da Geografia, uma vez que estão dispostos elementos explicativos para a concentração de diversas indústrias dos mais variados setores da economia em território chinês.

Figura 3: Esquema focado na complementação do conteúdo presente no tópico tratado.



Fonte: SENE; MOREIRA, 2016, p. 206.

d) A “Fábrica Do Mundo” E Suas Contradições

No tópico em questão, assim como na edição mais antiga, temos a total desconsideração de toda e qualquer política desenvolvida anteriormente a 1978, de modo que o período da gestão de Mao, enquanto secretário geral do PCC é, em nossa avaliação, nebuloso, uma vez que não existem muitos comentários sobre sua atuação, nem sobre sua influência quanto ao crescimento econômico chinês. Além disso, a mão de obra barata é citada como elemento central para o entendimento da atual competitividade chinesa, por mais que no tópico anterior, na figura 4, outros elementos tenham sido apresentados ao leitor, desconsiderando tudo o que possa ter sido feito em períodos pretéritos e exclui uma série de políticas adotadas pelo Estado chinês, desde o seu processo revolucionário.

Neste tópico aparece a relação entre aspectos humanos e físicos, posto que esta é utilizada como pano de fundo para debater a necessidade de matérias primas por parte da China, em virtude de seu processo de desenvolvimento econômico, comentando sobre a importância da presença de enormes reservas de minérios e combustíveis fósseis em seu subsolo para o desenrolar de todo esse processo. É apresentado que o consumo interno de produtos é tão vigoroso, que passou a ser necessário buscar as matérias primas, para a manutenção da produção, em outros países, principalmente subdesenvolvidos.

Nesse sentido, os autores apontam ao avanço sobre o continente africano, trabalhando a distinção entre a ideia de imperialismo chinês neste continente, e a narrativa oficial apresentada pela China. Dentro disto, sinalizamos que entendemos a abordagem dos autores quanto ao assunto bastante interessante, uma vez que estes apresentam a contradição do termo “Imperialismo” à atuação chinesa no continente africano, entretanto, apenas a fim de complementar o que está posto no livro, destacamos que outro elemento fundamental, que distingue a atuação chinesa daquela imposta pelos europeus durante o século XIX, se centra basicamente, segundo Hung (2018), no fato de os chineses não cobrarem a criação de políticas que atuem de modo incisivo sobre as sociedades destes países, tal como instituições multilaterais, focadas em empréstimos destinados a prevenção de crises, costumam pôr em prática, principalmente quando pensamos na relação destas com países subdesenvolvidos. Nesse sentido, o país asiático beneficia-se, em troca dos investimentos, de apoio internacional e contratação de serviços vindos de suas empresas, principalmente as destinadas a obras de infraestrutura. Além disso, a presença chinesa no continente cria pressões competitivas entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento, oferecendo melhores condições de negociação para as nações africanas.

e) Máquina Exportadora

O tópico é iniciado a partir da utilização de um trecho detentor de uma escrita muito semelhante àquela presente na obra mais antiga, posto que apenas os dados relativos ao Brasil e China foram atualizados. Dessa forma, temos:

Para ter uma ideia do explosivo crescimento das exportações chinesas, basta compará-lo com o Brasil. Em 1980, nosso país exportou mercadorias no valor de 20 bilhões de dólares (19º lugar na lista) e, em 2014, 225 bilhões de dólares (25º lugar). As exportações brasileiras cresceram 1.125% no período, mas o país perdeu posições no ranking. Enquanto isso, as exportações chinesas cresceram 13.00%! (SENE e MOREIRA, 2016. p. 208)

Os autores se preocupam em tratar das exportações apontando às Zonas de desenvolvimento econômico e tecnológico, destacando a localização destas, e explicando ao leitor o porquê da criação de tais estruturas. Estes apontam à relação existente entre a dinâmica demográfica e as regiões costeiras, de modo que a concentração populacional presente nestas regiões é tida como concernente aos altos níveis de crescimento econômico. Desta forma, esta seção apresenta potencialidade de oferecer ao professor subsídios para o desenvolvimento do tripé metodológico da Geografia em sala, buscando atribuir espacialidade aos fenômenos vistos.

Na página seguinte, é apresentada a relação entre crescimento econômico, e preservação do meio ambiente, de modo a apontar que, até os anos 1990, a China não se preocupava com tal pauta, focando em um desenvolvimento sustentável do ponto de vista econômico e social apenas, por mais que a Agência de Proteção Ambiental Nacional (Nepa) tenha sido criada em 1984. Um box é utilizado para aprofundar a discussão, posto que este é o único em todo o capítulo sobre China. Temos a presença do enunciado histórico, introduzindo o geopolítico, utilizado como base para tratar de questões ambientais.

f) Setores Industriais E Sua Distribuição

Os autores, neste tópico, focam em trabalhar, por meio de um mapa, Indústria, infraestruturas de mineração, energia e transporte, oferecendo subsídios bastante interessantes ao professor de Geografia, de modo à espacializar o trato quanto à distribuição das infraestruturas fundamentais à atividade industrial chinesa, já que aponta a concentração destas em uma porção do território, oferecendo a oportunidade de buscar justificativas a essa distribuição de elementos sobre o espaço, garantindo assim, a apreensão da ordem espacial (GOMES, 2009) vigente, sendo um enorme avanço metodológico, já que o mapa deixa de ser um mero anexo, para ser posto no

centro da construção da análise, contribuindo para o desenvolvimento do olhar geográfico do aluno.

Na página 213, encontramos mais um trecho em que os autores dão grande foco no setor privado (a exemplo da edição mais antiga), em detrimento ao setor estatal, uma vez que apontam que as empresas privadas já superaram, em números (relativos a lucros, empregos gerados, enfim), as estatais, excluindo completamente a atuação estratégica do governo chinês, focada em algumas de suas empresas, de modo que estas promovam investimentos, incluindo empréstimos, nos múltiplos setores da economia, atuando, portanto, de maneira absolutamente fundamental em todo o processo de acumulação de capital (HUNG, 2017). Dessa forma, o modo como a obra trabalha esse ponto em específico foi bastante raso e enviesado. Mais informações sobre essa relação das estatais com as empresas privadas serão oferecidas na seção seguinte desta monografia.

Concluindo a análise da obra de 2016, colocando-a em comparação à de 1998, destacamos que o conjunto geral permanece o mesmo, com os enunciados do discurso histórico estando muito presentes, introduzindo uma série de outros, como o econômico e o geopolítico, com este último apresentando o ambiental. O enunciado econômico também possui grande presença, de tal forma que, em algumas partes do texto este traz consigo outras informações, como as relativas à população. É importante mencionar que percebemos avanços quanto à busca pela construção de análises focadas na espacialidade dos fenômenos, sendo possível a menção ao uso de um esquema informativo (figura 4) interessado na contemplação de fatores locais que buscam explicar a concentração espacial de indústrias na China, além do uso do mapa, no tópico “Setores Industriais E Sua Distribuição”, como um elemento central na apreensão da organização das empresas.

Uma grande diferença, em relação à edição mais antiga, está centrada na forma como o capítulo foi escrito, tendo seu início focado na contextualização de uma série de fatos presentes na história chinesa, porém, os apresentando em forma de tópicos, o que agilizou a leitura, por mais que, em outros momentos, a narrativa histórica em texto corrido tenha-se feito presente. Outros pontos de distinção entre as duas versões foram: a utilização de mais mapas (posto que um destes era uma atualização daquele presente na

edição mais antiga), o uso do já citado esquema informativo (construído a partir de imagens aliadas a informações), além de um box pensado para a complementação do que estava sendo discutido sobre as políticas ambientais na China.

As duas obras são muito semelhantes quanto à apresentação do conteúdo, com algumas modificações e atualizações, mas a visão dos autores sobre o modo como a China se tornou um país de grande envergadura na Economia Global continuou sendo a mesma, reservando esta explicação às reformas desenvolvidas em 1978, atribuindo grande destaque ao uso de mão de obra barata nas regiões abertas ao capital externo (por mais que na versão mais recente da obra, outros fatores tenham sido mencionados), de modo descolado a qualquer atuação estatal, colocando o sucesso chinês nas mãos do capital privado, ressaltando, inclusive, o crescimento deste setor, sem expor as relações deste com o Estado (HUNG, 2017), algo que na versão mais antiga era compreensível, em virtude do período histórico em que esta obra fora escrita, entretanto, na versão de 2016, a falta de menção a essa relação imbricada entre os dois setores acabou sendo um elemento do qual sentimos falta no decorrer da leitura.

Livro 2A: Geografia Crítica: Geografia do Terceiro mundo (edição de 1991)

A segunda obra analisada foi escrita por José William Vesentini e Vânia Rúbia Farias Vlach e publicada pela editora Ática. A edição em questão é a de 1991, estruturada em 200 páginas, com o capítulo sobre China contando com 12 páginas divididas em tópicos, sendo estes: a) “A China Popular”; b) “A População Chinesa”; c) “A Economia Chinesa”; d) “Do império chinês à regiões autônomas”; e) “As diversas etnias chinesas”; f) “As principais regiões chinesas”; g) “As reviravoltas da política chinesa”; h) “De Mao Tsé Tung a China atual”; i) “A Revolução Cultural”; j) “A China depois de Mao Tsetung”; e k) “Religiões e Filosofia na China”. Dessa forma, passemos aos comentários.

a) A China Popular

Iniciando o capítulo, os autores nos oferecem alguns dados sobre a China, apontando ao tamanho continental do país, para, na sequência, tratarem de sua população, nada muito aprofundado, contando com números e

porcentagens apenas. É interessante enunciar que a tradição regional está muito marcada em toda a escrita, sendo posta de forma descritiva, nos remetendo a uma estrutura de cartilha para tratar das temáticas comentadas anteriormente.

b) A População Chinesa

Este tópico dá sequência ao que fora introduzido, desta vez, atribuindo maior profundidade. A existência de dados quantitativos relacionados à população continua presente, entretanto, temos alguns elementos distintos. Nesse sentido, é notória a presença da busca pela explicação da distribuição de componentes sobre o espaço geográfico; logo no segundo parágrafo, o meio natural bastante hostil, com poucas chuvas ao longo do ano, aliado a questões sociais, como fome e subnutrição, são apresentados como justificativa para a construção e distribuição da maior rede de canais de irrigação da História. Além disso, é nítida a preocupação pela correlação entre elementos naturais e sociais.

O governo chinês, pós revolução de 1949, é apresentado como interessado na resolução dos problemas que impactavam negativamente a qualidade de vida da população, o que, concomitantemente, também afetava os índices de crescimento desta. Neste momento, percebemos a utilização do enunciado histórico, além de notarmos uma grande diferença, logo no início, entre esta obra e a trabalhada anteriormente (Geografia Geral e do Brasil: Espaço Geográfico e Globalização - 1998 e 2016), já que informações sobre a gestão do Partido Comunista Chinês, pré reformas de 1978, são apresentadas, além de uma narrativa claramente diferente quanto à população chinesa, uma vez que é dito que quase ninguém passa fome ou é subnutrido na China de 1991 (ano em que este livro didático foi escrito), diminuindo a imagem de exposição a explorações, em virtude da vulnerabilidade social destas pessoas, uma narrativa tão comum na obra anterior.

O texto segue, preocupado em tratar sobre a existência de grandes centros urbanos na China, por mais que a maior parte da população esteja no campo. Xangai e Pequim são apontadas como grandes centros urbanos detentores de grande população, entretanto, é posto que apresentam contingentes populacionais menores que os presentes em São Paulo e Rio de

Janeiro. A parte interessante centra-se sobre o fato de esta informação não ter sido simplesmente apresentada, o livro explica o motivo pelo qual esta população tão gigantesca, do ponto de vista quantitativo, não se expressar desta forma em algumas das principais cidades de seu país, colocando como argumentação a melhor distribuição desta pelo território, além da maior presença das pessoas no meio rural. Ou seja, temos a apresentação da distribuição dos chineses, acompanhada de uma explicação quanto a este fenômeno, configurando, desta forma, uma busca pelo trato da ordem espacial dentro deste conteúdo.

Complementando as informações anteriores, percebemos a apresentação da porção do território chinês com as maiores densidades demográficas de todo o país (leste), porém, neste momento, a explicação para tanto busca a relação com um elemento natural, a existência de desertos, traçando, dessa forma, a correlação de elementos humanos a físicos.

c) A Economia Chinesa

O tópico é iniciado deixando clara a presença da tradição regional, posto que esta funciona enquanto pano de fundo para o trato dos enunciados do discurso econômico. Trata-se de uma grande descrição de características econômicas, focando na agricultura, pecuária e exploração do petróleo, carvão mineral e de minérios, elencando a existência de grandes reservas de mercúrio, ferro, tungstênio, manganês, urânio e zinco, além da preocupação em afirmar a posição da China no cenário global de produção pecuária, estando entre os cinco maiores criadores mundiais de gado bovino e caprino, e nos informando os principais produtos cultivados, sendo, dentre eles, arroz e milho.

Na sequência, percebe-se a utilização do enunciado econômico como meio para se tratar de outros assuntos, como migração e transportes. É fundamental salientar que os autores, diferentemente dos livros anteriores, iniciam o debate quanto à economia chinesa a partir de 1949, ou seja, desde o processo revolucionário, mencionando, inclusive, que esta economia se estruturaria de forma planejada e em planos quinquenais.

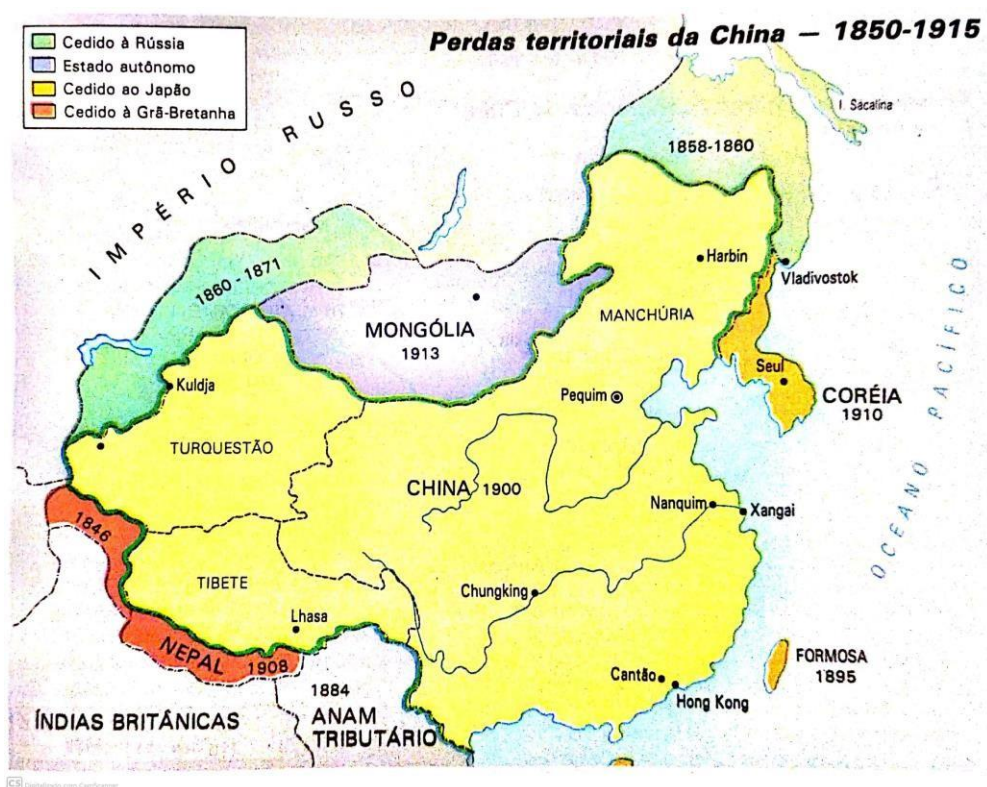
Pensando no trato quanto à migração, temos os autores apontando ao incentivo à agricultura, na década de 1960, de modo a conter movimentos

migratórios aos centros urbanos, evitando, assim, crises de abastecimento. Quanto aos transportes, salientam que, ao menos no período em que a obra foi escrita, a quantidade de modais presentes na China era insuficiente para atender ao crescimento industrial da época, impedindo a difusão desta atividade econômica pelo restante do território, apontando, inclusive, no parágrafo seguinte, ao tratar da navegação fluvial, aos congelamentos de alguns rios durante certos períodos do ano, além de catastróficas enchentes características de outros períodos, o que impedia o pleno desenvolvimento de hidrovias, prejudicando ainda mais os fluxos dentro deste imenso território. Dessa forma, temos um conjunto de informações que nos fornecem subsídios para explicarmos migração e transportes na China, correlacionando elementos naturais a sociais, além de trabalhar concentrações e dispersões pelo território. De modo à espacializar algumas informações apresentadas anteriormente, o livro nos fornece o mapa a seguir (figura 5), focando em fontes de energia e indústrias. Quanto à distribuição da atividade industrial, é interessante perceber como o mapa aponta a concentrações de regiões e cidades industriais anteriores a 1949 e, como o processo revolucionário atuou sobre a criação de novas indústrias, seguindo seus planos quinquenais, além de se poder perceber a distribuição destas pelo território, ao mesmo tempo em que também nos é informada a presença de infraestruturas para o aproveitamento energético, focando nas jazidas de carvão, petróleo e no oleoduto, destacando o ponto de onde este parte, até onde ele chega, no caso, a uma cidade industrial criada durante o 2º plano quinquenal. Portanto, novamente, temos um mapa com grande potencialidade de contribuir para os debates travados em sala de aula, a partir da atuação do professor.

orientais, porção do território, posta pelo livro, como a mais importante de toda a China.

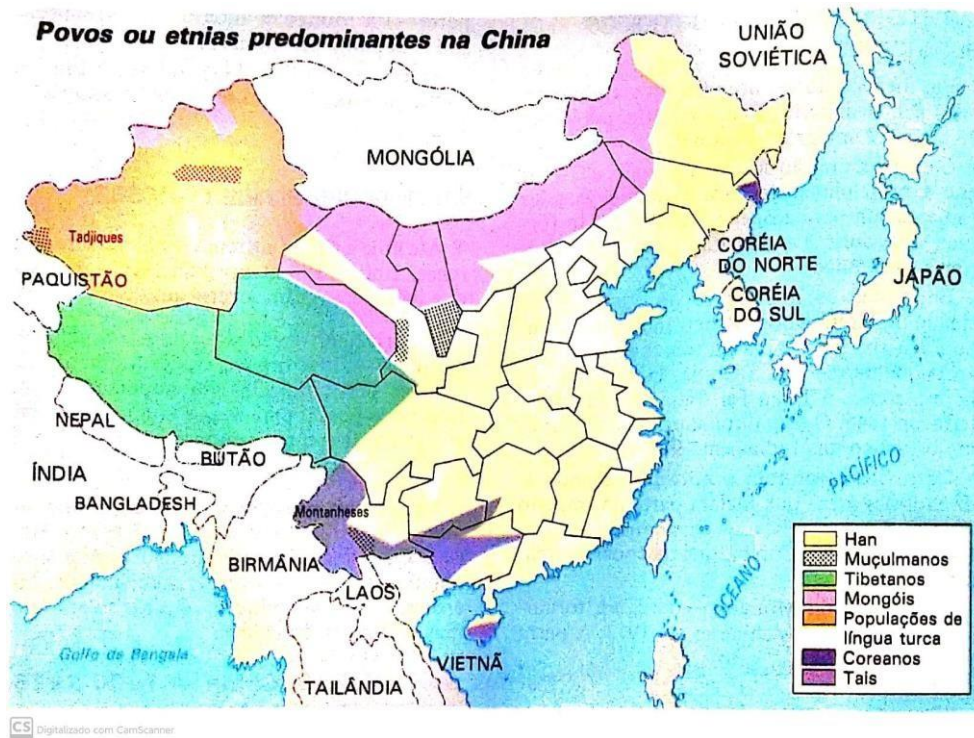
Na sequência, uma série de mapas nos são apresentados, posto que, dois destes tratam de questões relativas ao tópico anterior, com o primeiro (figura 5) focado nas perdas territoriais chinesas, e o terceiro (figura 7) se debruçando sobre as províncias e regiões autônomas (tendo em vista que tais territórios se tornaram autônomos em virtude de processos, dentre eles, os apontados pelos autores, como invasões estrangeiras e separatismos). O segundo mapa (figura 6) já se preocupa em tratar da espacialização das múltiplas etnias chinesas. Da forma como fora dito, podemos perceber abaixo:

Figura 5: Perdas territoriais da China (1850 -1915).



Fonte: VESENTINI; VLACH, 1991, p. 163.

Figura 6: Povos ou etnias predominantes na China.



Fonte: VESENTINI; VLACH, 1991, p. 164.

Figura 7: Províncias e regiões autônomas na China.



Fonte: VESENTINI; VLACH, 1991, p. 164.

O cruzamento das informações presentes nas figuras 7 e 8 poderia demonstrar que as províncias e regiões autônomas na China, são marcadamente territórios de etnias minoritárias, o que possivelmente evidenciaria uma intenção por parte do Estado chinês em atribuir maior autonomia política a estes povos, de modo a evitar novos processos separatistas. De toda forma, o professor necessitaria buscar leituras sobre esta temática, confirmando, ou não, se há relação com a busca pela manutenção das atuais fronteiras e a atribuição de autonomia política a certas porções do território. Esta é apenas uma ideia de como estes mapas poderiam ser aproveitados para a construção da espacialidade de um fenômeno a ser estudado com os alunos, entretanto, outras múltiplas utilizações, por parte do professor, poderiam ser postas em prática, o foco aqui é demonstrar a potencialidade do cruzamento das informações presentes nestes.

f) As principais regiões chinesas

É nítida a continuidade do trato quanto à estrutura do território chinês e a sua relação com as etnias que ocupam suas divisões territoriais, com o livro apontando que estas se resumem basicamente a cinco principais regiões. Há uma clara intenção de regionalizar o território chinês, diferenciando cada uma de suas regiões, a partir das etnias presentes em cada uma delas. Os autores desenvolvem essa intenção se utilizando da apresentação de características típicas de cada povo, com isso, informações com potencial de contribuir para a atribuição de espacialidade aos fenômenos são postas, como quando mencionam a intenção do Estado em levar chineses para ocuparem a região da Mongólia Interior, ao mesmo tempo em que tem incentivado os mongóis a migrarem para outras porções do espaço. A partir disso, interpretações podem ser traçadas, como, por exemplo, a intenção de aumentar a conexão desses povos entre si, o que, possivelmente, diminuiria a busca por separatismos.

g) As reviravoltas da política chinesa

Aqui, percebemos os autores focados em apresentar o início do processo revolucionário de 1949, pondo-o em comparação com o vivido na Rússia em 1917, de modo a destacar que o grupo fundamental para o desenrolar de todo esse processo fora constituído pelos trabalhadores do

campo, diferentemente do proletariado industrial que levou a frente à Revolução Russa. É nítida a presença do enunciado histórico marcando todo o tópico.

h) De Mao Tsé Tung a China atual

Como o próprio título já indica, este tópico se preocupa em trabalhar a constituição da China, de modo como se apresentava, no momento da escrita do livro, no cenário global, perpassando pelo processo revolucionário. É fundamental salientar que os autores não apontam simplesmente ao fato de ter ocorrido uma revolução, eles vão além, e nos mostram rapidamente como se deram os primeiros momentos do novo governo, ressaltando as reformas feitas por Mao Tsé Tung, apresentando, dentre todas, a reforma agrária, a estatização de bancos e dos meios de produção, abolição dos lucros, e a democratização das forças armadas. De antemão, ressaltamos que nas obras anteriormente apresentadas, a era Mao Tsé Tung era simplesmente citada, nada além disso, portanto, temos aqui um novo conjunto de informações, por mais que estejamos tratando de uma obra de 1991. Dentro disto, é notória a presença do enunciado histórico.

É dito que até, mais ou menos, 1960 o modelo produtivo adotado era muito similar ao presente na União soviética, com o compartilhamento de técnicos com a China, além da priorização pela indústria pesada. Daí pra frente citam o fim das relações sino-soviéticas, em virtude de discordâncias político- econômicas, além de disputas por fronteiras, ou seja, temos o discurso histórico introduzindo o geopolítico.

O texto segue, trabalhando o fechamento da China para o restante do planeta, a partir da década de 1960, aprofundando mais um pouco sobre o fim das relações entre URSS e os chineses, além de apontar aos crescentes investimentos bélicos. Estes três tópicos são discutidos a partir de um viés absolutamente histórico, diferentemente do enunciado econômico bem marcado que caracteriza a abordagem quanto às modificações internas, pós revolução, por parte do Estado, que culminaram nas reformas desenvolvidas a partir de 1975.

i) A Revolução Cultural

O texto deste tópico é majoritariamente histórico, não havendo preocupação em introduzir outros assuntos, ou em tentar explicar alguma organização espacial, podendo, a nosso ver, ser replicado em um livro de História. Por mais que ofereça mais informações sobre o período de Mao, acreditamos que um box, responsável por sintetizar todas as informações postas, poderia ter sido utilizado. Entretanto, no meio de tantas informações históricas, foi possível a apreensão da visão dos autores quanto ao período o qual estavam tratando, o uso da palavra “fanatismo” apareceu em alguns momentos durante a leitura, denotando um olhar negativo quanto à postura adotada pelo Estado chinês durante a conjuntura relatada. Além desta palavra, podemos salientar o uso das frases “intermináveis debates políticos” (VESENTINI e VLACH, 1991, p. 168) e “(...) repetição exaustiva das teses Marxistas (...)” (VESENTINI e VLACH, 1991, p. 168), demonstrando um ar de exaustão e cansaço para com algumas posturas adotadas pelo governo revolucionário.

j) A China depois de Mao Tsetung

Novamente, o enunciado histórico se mostra presente, sem quaisquer intenções de introduzir outros conteúdos correlacionados. O foco é tratar das diferenças ideológicas entre Mao e Deng Xiaoping (seu sucessor, enquanto líder do governo chinês), explicitando como estas influenciaram no desenrolar das reformas, dando atenção à abertura do país ao capital estrangeiro.

k) Religiões e Filosofia na China

No último tópico da obra, percebemos o discurso geopolítico tratando de questões étnicas, focando na reflexão quanto às religiões adotadas na China (Confucionismo, Budismo e Taoísmo). É posto que o chinês não enxerga o mundo a partir de uma visão dicotômica entre bem e mal, em que, um busca eliminar o outro, mas por um viés que compreende que os dois polos se agregam, se somam, o que talvez, segundo os autores, poderia explicar o fato de a China ter passado, ao longo dos anos, por processos, entendidos pelo Ocidente, como radicais, com sua população, não só aceitando as

modificações estruturais, como também participando delas, explicitando essa comunhão representada pelo diagrama Yin e Yang.

A obra trabalha uma série de conteúdos já vistos nos livros anteriores, como população, principais produtos exportados, formação do território chinês, dentre outros, entretanto, ela adiciona elementos inéditos, que vão desde dados relativos a infraestruturas de energia, até a maior profundidade atribuída ao período Maoísta, oferecendo ao leitor um contexto muito maior, em comparação ao que já foi visto até aqui quanto à economia chinesa. Ao mesmo tempo, muitos mapas e figuras são apresentados, considerando que, principalmente os primeiros, possuem uma grande capacidade de serem trabalhados em sala, a partir da mediação do professor, contribuindo em muito para a sua aula. Salientamos que, em justaposição a versão de 2016 da obra anterior, este livro se mostrou mais robusto pensando na oferta de mapas.

A visão dos autores quanto à China não foi facilmente percebida, há uma tentativa de manter o foco na transcrição das informações que estes possivelmente conceberam como significativas para um livro didático de Geografia, sem demonstrar com tanta clareza o posicionamento destes quanto ao que estava sendo trabalhado, entretanto, em uma pequena parte do texto é possível perceber a negativa em relação aos fatos ocorridos durante a revolução cultural, a partir do uso de palavras como “fanatismo”, porém o mesmo não se repete no decorrer da leitura.

Livro 2B - Geografia Crítica: Geografia do mundo Subdesenvolvido (edição de 2009)

A edição mais recente a qual analisamos da obra de José William Vesentini e Vânia Rúbia Farias Vlach foi publicada pela editora Ática, em 296 páginas, com o capítulo sobre China contando com 9 páginas divididas em tópicos, sendo estes: a) “China”; b) “População”; c) “Economia”; d) “Principais regiões”; e) “De Mao Tse-tung à China atual”; f) “A China depois de Mao Tse-tung”; e g) “Aumento das disparidades regionais”. Dessa forma, passemos aos comentários.

a) China

Os autores iniciam o livro a partir deste primeiro tópico, intitulado apenas como “China”, neste percebe-se a presença da tradição regional, de modo bastante descritivo, se utilizando, inclusive, de dados estatísticos para retratar as informações trabalhadas, focando na extensão do território chinês e em sua população, além da redução do crescimento desta, colocando este fato em comparação a outros países, como Índia e Nigéria, que apresentam crescimentos demográficos mais expressivos.

b) População

O discurso histórico está marcado na introdução do presente tópico, de modo a tratar da redução do crescimento demográfico na China ao longo das décadas, o que pode ser percebido quando os autores mencionam a política do filho único como razão para esta redução. Nenhuma outra informação nos é dada sobre este processo, além disso, sentimos falta de comentários quanto a uma possível relação entre o crescimento econômico chinês e a redução da natalidade.

Percebemos a relação entre elementos físicos e humanos ao ser pontuada a presença de um meio natural hostil, o que levou muitos chineses a passarem fome, elemento, entretanto, fundamental para que construíssem a maior rede de canais de irrigação da história, em virtude dos baixos índices de chuva em grande parte do território, exemplo também utilizado na versão anterior da obra.

A tradição regional se mostra presente, ao passo que o texto salienta ao fato de a população chinesa ser majoritariamente rural, com um terço desta ocupando as cidades, de modo que, mesmo sendo a menor porção desta população absoluta, em virtude de seu montante total, estes centros urbanos acabam se tornando muito populosos. Obviamente, todo esse percurso é apresentado por meio de dados, citando, dentre eles, Pequim, Xangai e Tientsin como os maiores aglomerados urbanos do país.

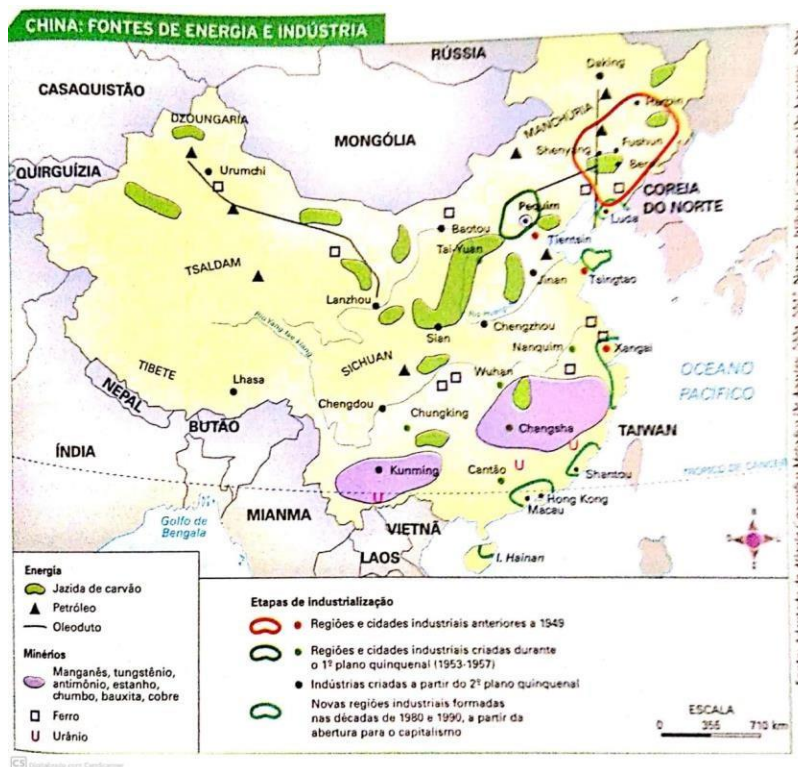
c) Economia

Os parágrafos que compõem este tópico são majoritariamente econômicos, focados em informar que a economia chinesa é, em sua maioria,

rural (o que é de se estranhar, já que estamos falando de uma obra de 2009, nesse sentido, qualquer menção a reestruturação da economia chinesa a um padrão urbano industrial se faria necessário), apontando aos principais produtos produzidos, destacando arroz, sorgo, soja, carne suína, equina, petróleo, carvão mineral, dentre outros. Ao iniciar o trato quanto à industrialização, a escrita cita que houve algum desenvolvimento neste setor entre os anos 1949 — 1975, destacando a importância dos planos quinquenais para tanto, porém, esta é a única informação relativa ao período Maoísta, ou seja, todo aquele contexto apresentado na edição anterior foi descartado, tratando este momento de maneira extremamente rápida, sem qualquer aprofundamento, ou intenção de oferecer alguma perspectiva quanto a esta conjuntura. Além disto, somos informados que a real industrialização só ocorreu a partir do momento em que “(...) a China deixou de lado a planificação da economia e se abriu para o capitalismo” (VESENTINI e VLACH, 2009, p. 281), frase que, a nosso ver, exprime um posicionamento dos autores quanto ao sistema político e econômico vigente na China, atribuindo uma importância muito significativa à adoção de práticas capitalistas pelo país, colocando como se este tivesse se aberto a esse sistema de modo completo, deixando de lado uma série de informações pertinentes, como o controle, por parte do Estado, do sistema financeiro, além da maior presença das leis de Mercado apenas nas Zonas Econômicas Especiais (tais informações se encontram presentes na sessão dedicada a contribuições sobre China da presente monografia).

Finalizando o tópico, os autores apontam a importância do transporte fluvial para a China, destacando, entretanto, os congelamentos dos rios, assim como na edição anterior do presente livro, além das enchentes em algumas épocas do ano, pondo tais exemplos como inviabilizadores à utilização deste modal. Temos aí, portanto, a correlação entre elementos naturais com humanos. Isto posto, é importante salientar a utilização, na conclusão deste tópico, do mapa focado na distribuição das fontes de energia e indústrias (figura 9), uma vez que este se trata de uma atualização do mapa utilizado na edição mais antiga da obra:

Figura 8: Fontes de energia e indústrias na China.



Fonte: Vesentini e Vlach, 2009, p. 281.

d) Principais regiões

Como o próprio título já indica, neste momento o livro está preocupado em apresentar as principais regiões da China, ao mesmo tempo em que discorre sobre os povos presentes em cada uma delas. A escrita é muito similar à apresentada na versão anterior deste livro, porém a estrutura das frases antigas foi alterada, por meio do reposicionamento de palavras ou exclusão de algumas delas, é nítido que houve um reaproveitamento das informações dispostas anteriormente.

De todo modo, assim como na edição de 1991, existe uma clara intenção de regionalizar o território chinês, diferenciando cada uma de suas regiões, a partir das etnias presentes em cada uma delas.

e) De Mao Tse-tung à China atual

Percebe-se com facilidade a redução do conteúdo posto neste tópico, em relação ao presente na edição mais antiga da obra, de modo que ambos

levam o mesmo título. Aqui, os autores apresentam as reformas desenvolvidas durante o período Maoísta, sendo exatamente as mesmas discutidas em 1991. O texto em questão é majoritariamente histórico.

A maior inovação acaba sendo a introdução de um box focado em discutir a China como uma nova economia de grande porte no cenário global, a partir de três pontos principais. O primeiro se trata de uma crítica em relação à baixa renda per capita da maior parte da população chinesa, e a grande desigualdade econômica vigente. O segundo traça uma previsão para os próximos anos, salientando a necessidade de geração de, ao menos, 80 milhões de postos de trabalho, e o impacto gerado por um “golpe” que arrasaria setores econômicos inteiros da China, com foco no setor automobilístico. O golpe em questão não foi trabalhado, de tal forma que o leitor se vê perdido com esta informação. O terceiro ponto versa sobre a mão de obra barata ser o principal chamariz para a entrada de capital externo no país. Este ponto já foi debatido durante a análise de obras anteriores. O enunciado econômico perpassa toda essa discussão.

f) A China depois de Mao Tse-tung

O texto se mostra muito semelhante àquele presente na edição de 1991, com o discurso histórico perpassando todas as informações, focando nas mudanças internas pós morte de Mao Tse-tung. A adição de um pequeno box tratando da revolução cultural desponta como a maior inovação neste tópico, uma vez que a discussão quanto a este fato perde espaço, sendo reduzida a nove linhas bastante resumidas, algo que entendemos como positivo, já que toda a escrita deste tópico é bastante histórica, logo apenas a sinalização deste evento, de modo a não deixar o leitor perdido, já se mostra suficiente.

g) Aumento das disparidades regionais

O último tópico do capítulo tratado é guiado pelo discurso econômico, se preocupando em trabalhar o crescimento econômico chinês como dependente da política de abertura de Zonas Econômicas Especiais (apresentadas no livro como ZPEs — Zonas de Proteção as Exportações) na porção leste do território, pondo as regiões oeste e central como pobres e agrárias, atribuindo todo o sucesso econômico a atração de capitais vindos de outros países. Sentimos

falta da menção a outras formas de produção, possivelmente presentes nestas porções relegadas como distantes do processo de desenvolvimento econômico.

No livro “Geografia Crítica: Geografia do mundo Subdesenvolvido” é perceptível à existência de muitas similaridades com a sua edição mais antiga, como a própria organização dos conteúdos a serem apresentados, por mais que alguns tópicos tenham sido suprimidos, ou tenham tido parte de suas informações agregadas a outros. Além deste ponto, podemos citar a repetição, em alguns momentos, de frases presentes na edição de 1991, ocorrendo uma simples modificação da ordem das palavras, fato muito comum em edições renovadas.

A presente obra é, sem dúvidas, mais enxuta, trabalhando com certa rapidez eventos históricos e econômicos que antes haviam sido discutidos com maior profundidade, o que antes era tratado em três páginas, por exemplo, agora é finalizado em uma. Este fato não necessariamente é algo ruim, uma vez que os autores deixam claro os pontos que preferem dar maior atenção, diminuindo, inclusive, o peso do enunciado histórico no texto, por mais que este continue presente. O que, de fato, a nosso ver, pode ser tido como algo negativo é a apresentação de algumas informações de maneira rasa, como quando é citada a política do filho único sem fazer qualquer relação entre a redução das taxas de natalidade e o desenvolvimento econômico do país, pondo nesta política a total responsabilidade pela redução dos índices destas taxas. Ao mesmo tempo, existe um esforço em demonstrar concentrações e dispersões de componentes sobre o espaço geográfico da China, atribuindo justificativas a esses fenômenos, aliados a presença bastante significativa de mapas, utilizados para demonstrar as discussões travadas.

A visão dos autores nesta obra está mais nítida, em relação a sua edição mais antiga, em muitos momentos percebe-se um posicionamento quanto ao sistema político da China, assim como o econômico, dando muito foco a adesão de práticas de mercado como o principal elemento para o desenvolvimento, de modo que este país de extensões territoriais bastante significativas teve sua economia centrada apenas nas regiões litorâneas, deixando de citar qualquer outra forma de produção existente em outras

regiões, aglomerando as porções oeste e central como simplesmente pobres e agrárias, fato que acaba se relacionando à rapidez no trato de alguns aspectos.

Concluindo, este livro se apresenta como uma versão mais enxuta da sua edição de 1991, contando com informações mais atualizadas e mantendo a grande quantidade de mapas, trabalhando diversos aspectos, por mais que, em alguns momentos, de modo rápido, sem muita profundidade, e, em outros, buscando uma ordem espacial para os fenômenos discutidos, contando com um posicionamento, por parte dos autores, mais perceptível do que a edição mais antiga.

3.3 Justaposição das obras

Tendo analisado os quatro livros didáticos, alguns elementos são importantes de serem destacados, de modo a alcançarmos o objetivo geral deste trabalho.

De início, destacamos que, por mais que outras informações sejam adicionadas, ou atualizadas nas edições mais recentes das obras, a base dos capítulos acaba sendo a mesma; trata-se do aspecto histórico para na sequência apresentar o econômico, dentro destes, temos a presença dos enunciados histórico e econômico, de modo que o primeiro introduz em alguns momentos o segundo, e vice e versa (por mais que o econômico não atue tanto desta forma), além disto, a perspectiva histórica também é responsável por trabalhar o enunciado geopolítico, com este nos apresentando o ambiental na obra de 2016. Também é possível perceber o enunciado econômico trabalhando questões sobre população.

Os mapas não foram tão utilizados nas duas primeiras obras⁸, com pouquíssimas aparições, apenas no último par de obras⁹ percebemos uma quantidade significativa de mapas, girando em torno de cinco em cada edição, contando com elementos suficientes para serem utilizados em sala pelo professor, possibilitando a correlação de informações, inclusive. É bom ter em mente que tais mapas se articulam aos conteúdos vistos nos capítulos de uma

⁸ Geografia Geral e do Brasil: Espaço Geográfico e Globalização (SENE e MOREIRA, 1998) e Geografia Geral e do Brasil: Espaço Geográfico e Globalização (SENE e MOREIRA, 2016).

⁹ Geografia Crítica: Geografia do Terceiro Mundo (VESENTINI e VLACH, 1991) e Geografia Crítica: Geografia do Mundo Subdesenvolvido (VESENTINI e VLACH, 2009).

forma ilustrativa, esses são focados em demonstrar o que está sendo trabalhado nas páginas, dessa forma, cabendo ao professor o entendimento quanto ao que está sendo ilustrado, de modo a traçar as conexões necessárias para encontrar uma ordem espacial.

Quanto ao posicionamento de cada autor, em todas as obras é perceptível um descontentamento com o sistema político e econômico do país, sendo possível perceber comentários sobre a utilização de mão de obra extremamente barata como explicação para o crescimento econômico chinês, como se tal prática não tivesse sofrido alterações ao longo dos anos, de modo a centrar a visão quanto ao trabalho neste país a esta forma de exploração, algo que já salientamos como equivocado nas respectivas seções dos livros. Este ponto se faz tão presente que na última obra analisada certas regiões do país são postas como pobres e agrárias, com pouco ou nenhum comentário mais aprofundado sobre as atividades produtivas presentes nessas regiões, apontando a porção leste, onde encontramos os maiores aportes de capitais externos, como central ao entendimento quanto aos índices da economia chinesa. Além disso, a abertura da economia ao mercado externo é vista pelos livros como algo positivo e responsável pelo crescimento econômico da China.

Quanto ao aspecto político, o período em que Mao Tsé-Tung estava vivo é pouco explorado, a exceção do terceiro livro, “Geografia Crítica: Geografia do Terceiro Mundo”, onde é possível perceber uma maior profundidade quanto a este período, entretanto, mesmo na versão mais recente desta obra, este momento da história chinesa foi tratado de forma rápida. O enunciado histórico em um livro didático de Geografia é utilizado de modo a oferecer um contexto ao leitor, nesse sentido, várias menções a momentos específicos da China são apresentadas, porém o período em questão aparece como um grande vácuo, passando a ideia de um momento sem qualquer importância, com pouca ou nenhuma mudança interna, em relação à China anterior a 1949, com a presença de termos como “letargia” para mencionar esta faceta da história chinesa, em uma das obras estudadas.

Portanto, salientamos que as formas como China foi vista nos livros didáticos de Geografia foram muito semelhantes entre si, com inserções de elementos novos de acordo com os livros e suas edições, como o trato quanto às religiões presentes neste país e a forma como influenciam a leitura de

mundo do povo chinês, além de informações atualizadas, como o debate, no livro de 2016 (“Geografia Geral e do Brasil: Espaço Geográfico e Globalização”), sobre a suposta atuação imperialista da China na África, e o aumento da preocupação com a pauta ambiental. De toda forma, o roteiro é o mesmo, um texto bastante carregado de informações históricas, acompanhado do enunciado econômico, introduzindo-o, inclusive.

4 CONTRIBUIÇÕES SOBRE O CONTEÚDO ESCOLAR “CHINA”

Costella e Rego (2011) apontam que a conexão entre professor e aluno perpassa os diversos “nós” que compõem o conhecimento (os autores entendem o conhecimento como uma rede), de modo que cada um desses nós possui informações advindas das outras disciplinas estudadas em sala de aula, dessa forma, a comunicação da Geografia com outras ciências se mostra fundamental para que a compreensão do que está sendo trabalhado se desenvolva na sua integralidade. O pleno conhecimento dos conteúdos trabalhados pela Geografia escolar detém capacidade de tornar, segundo os autores, esta comunicação entre disciplinas mais fluida, pensando nisso, neste tópico, nosso objetivo se centra no oferecimento aos professores de Geografia de maiores informações sobre o processo de desenvolvimento econômico da China¹⁰, uma vez que percebemos que este tema foi visto de forma semelhante por todas as obras analisadas, tornando possível que o docente desenvolva de maneira autônoma as relações que este compreenda como necessárias, assim como também atribua espacialidade ao tema em questão durante as suas aulas. Para tanto, nos debruçamos sobre produções acadêmicas que pudessem nos oferecer os subsídios necessários para o desenrolar das ideias contidas neste tópico. Desta forma, passemos às discussões.

4.1 Período Maoísta

Tendo em mente a falta de informações quanto a este momento da história chinesa nas obras analisadas, e sua importância para o desenvolvimento econômico deste país, iniciaremos nossas contribuições atribuindo maiores informações sobre o período em questão.

Isto posto, é necessário compreender que, assim como Introini (2019) nos informa, o período Maoísta é responsável por consolidar o processo de industrialização chinesa, rompendo com a tradição agrária e pouco industrializada presente na China.

Para tanto, logo nos primeiros anos pós processo revolucionário, uma robusta reforma agrária foi posta em prática, consolidando a produção agrícola

¹⁰ A partir deste fio condutor, será possível discutir outros pontos também elencados destas obras, a fim de atribuí-los maior profundidade.

familiar e dando fim a antiga classe de latifundiários, que concentravam importantes porções do território chinês. Foram estabelecidas pelo governo fazendas e granjas de propriedade estatal, fundamentais para tornar os camponeses em trabalhadores assalariados. Estas posturas foram de suma importância para criar uma base de sustentação ainda mais fiel ao Estado, o que proporcionou forte apoio social às políticas futuras, relativas a este setor da economia chinesa (INTROINI, 2019).

Pensando na Indústria, parte das empresas privadas existentes naquele momento, foi fundida a estatais, tornando o ente público o grande gestor destes fixos. Além destas, as indústrias estabelecidas pelos japoneses durante a invasão ao território chinês também passaram a ser de propriedade estatal, algo bastante significativo, uma vez que estas formavam base importante da indústria pesada chinesa (INTROINI, 2019).

A relação campo-cidade nesta conjuntura, de acordo com o autor supracitado, se desenvolve a partir da atuação do Estado garantindo o fornecimento, por preços mais baixos, de matérias primas ao setor industrial, barateando o processo produtivo e ampliando as margens de lucro.

O I Plano Quinquenal é lançado em 1953, também intitulado como período dos picos gêmeos (NAUGHTON, 2006), focado, dentre suas áreas prioritárias, na produção de carvão, aço, petróleo e máquinas, garantindo a redução da dependência chinesa em relação à importação de maquinários. Energia e transportes também receberam bastante atenção, de modo que, garantiriam o alcance das ações do Estado a porções do território mais afastadas da costa e dos principais centros urbanos (DIEGUES e MILARÉ, 2012 apud INTROINI, 2019).

A ampliação das cooperativas agrícolas também foi parte fundamental do I Plano Quinquenal, uma vez que objetivava o crescimento da produção de alimentos, com isso, campanhas focadas na atração de novos produtores aumentaram a porcentagem de famílias rurais, de tal forma que, no final de 1956, este crescimento girou em torno de 98% (NAUGHTON, 2006).

O controle dos salários também se fazia presente, de modo que estes eram preservados em patamares próximos ao nível de subsistência. Além disso, era estabelecido que a população rural poderia ficar com uma parte reduzida do que era produzido, focando no envio da maior quantidade de

produtos primários para as cidades, onde se encontravam as indústrias, enquanto para a população urbana era estabelecido que esta poderia usufruir de parte também reduzida daquilo que produzia. Esta estrutura firmava a manutenção do padrão de consumo da população, garantindo que as maiores somas de investimentos fossem destinadas aos setores produtivos, majoritariamente de base (INTROINI, 2019).

Todo esse controle sobre os meios de produção permitia ao Estado, de acordo com Introini (2019), uma atuação constante e sólida sobre o planejamento e funcionamento da economia de maneira geral, tendo influência, inclusive, sobre decisões de investimento e criação de empregos urbanos. O resultado de toda essa conjuntura foi o crescimento do PIB chinês de 1952 a 1957 de 9,2% ao ano, com grande destaque ao setor industrial, com participação de 30% na composição do mesmo índice.

Em 1958, o programa Grande Salto Adiante é lançado, em resposta as críticas¹¹ que o governo vinha recebendo, objetivando robustecer a agricultura e a indústria chinesas. O campo presenciou a reorganização de sua produção por meio da instituição de comunas. A partir deste ano, 500 milhões de camponeses são incorporados a, mais ou menos, 23 mil comunas. Estas se tratavam de unidades administrativas que concentravam atividades rurais¹² e industriais¹³, buscando a autossuficiência. O controle da produção foi facilitado por meio deste movimento, uma vez que o recolhimento de taxas e a supervisão do processo produtivo, focando nas metas estipuladas pelo governo centralizado, eram desenvolvidos pelas próprias comunas (MEDEIROS, 1999 apud INTROINI, 2019).

O resultado do Grande Salto Adiante foi uma grande proliferação de fome, em virtude da dificuldade de oferecer alimentos à população chinesa, vislumbrando quedas bastante significativas nas colheitas e na produção per capita, uma vez que a média de alimentos por pessoa caiu de 310 quilos em 1959 para 270 quilos em 1960. As condicionantes para este fracasso se sustentam basicamente em dois pontos, de acordo com Introini (2019), sendo o

¹¹ Defendiam a reintrodução de mecanismos de mercado, além da demanda por menor controle do Estado sobre a vida econômica e social do país (AGLIETTA e BAI, 2013).

¹² A produção agrícola “(...) seria dividida entre consumo próprio e excedente, entregue ao governo” (INTROINI, 2019, p. 38).

¹³ “(...) pequenas indústrias rurais, muitas com baixa eficiência, que produziram diversos bens, como insumos agrícolas e, principalmente, aço” (INTROINI, 2019, p. 38).

primeiro relativo às grandes inundações ocorridas entre 1959 e 1960, em virtude das volumosas chuvas ocorridas neste período, de tal forma que, metade da área cultivável fora afetada por estas inundações (NOGUEIRA, 2011 apud INTROINI, 2019). O segundo, a prioridade dada à Indústria, uma vez que esta ação ocorreu a partir de redirecionamentos de investimentos e realocação de mão de obra. Com isso, grandes fluxos migratórios de camponeses se desenvolveram, rumo às recém criadas indústrias rurais e para as regiões urbanas, reduzindo drasticamente a mão de obra rural.

Um terceiro ponto é levantado por Introini (2019), sendo este a retirada de técnicos soviéticos, por parte da União Soviética, da China, em virtude do rompimento das relações diplomáticas entre os dois países¹⁴, o que afetou drasticamente a China já que os soviéticos contribuíram em muito com base técnica e infraestrutural em grande parte das ações desenvolvidas pelo Estado chinês.

O fracasso do Grande Salto Adiante fez com que o governo repensasse a forma de guiar a economia. Nesse sentido, algumas medidas são tomadas, como a adoção de racionamento de bens fundamentais, maiores investimentos em química fina, pensando na produção de fertilizantes e fibras químicas capazes de aumentar a produtividade no campo, promoção do retorno de trabalhadores ao campo (cerca de 20 milhões), além de uma flexibilização do modelo de produção agrícola coletivizada, sem o intermédio do Estado na venda dos produtos às cidades, garantindo incentivos extras aos agricultores, já que esta ação significaria uma elevação em suas receitas. Olhando para o setor industrial, há promoção de incentivos materiais a partir da concessão de bônus aos trabalhadores (gerando diferenças salariais, inclusive), fechamentos de pequenas empresas localizadas nas zonas rurais, concentrando a produção em um número menor de plantas industriais eficientes, além de uma gestão macroeconômica descentralizada da Indústria, com decisões tomadas pelos governos provinciais, por mais que houvesse incentivos por parte do Estado

¹⁴ “Três acontecimentos citados por Carvalho (2014) servem como parte dos ingredientes do afastamento entre China e União Soviética. São eles: 1) o posicionamento de Nikita Khrushchev, secretário geral do Partido Comunista da URSS, contra o programa do Grande Salto Adiante; 2) o posicionamento chinês contra as relações internacionais conduzidas pelos soviéticos em relação a países comunistas, as quais seriam caracterizadas por um “patrulhamento” que limitava suas possibilidades de independência política; 3) a recusa soviética em ceder, à China, a tecnologia da bomba atômica” (INTROINI, 2019, p. 41).

pela produção de bens de consumo que contemplassem as necessidades mais imediatas da população, em detrimento da Indústria pesada (INTROINI, 2019). O resultado das reformas foi à recuperação dos níveis de produção agrícola e industrial no início da década de 1960, como pode ser percebido abaixo:

[...] Segundo os dados oficiais, o PIB do setor primário se recuperaria em 16,3% de 1961 a 1963 e em 31,3% até 1964. O setor industrial, por sua vez, teria tido um crescimento de apenas 2,1% entre 1961 e 1963 e uma ampliação de 28,3% até 1964. (INTROINI, 2019, p. 44)

No ano de 1964, segundo o autor anteriormente citado, temos o primeiro teste com bomba atômica, enquanto resposta ao rompimento de relações com a URSS e ao aumento das tensões entre EUA e Vietnã, além do lançamento do III Front, programa de Mao Tsé-Tung focado na promoção de uma série de incentivos em infraestrutura, pensados para reduzir a vulnerabilidade da base industrial chinesa, a partir da construção de segmentos produtivos e infraestrutura logística, com grande foco nas ferrovias, em regiões interioranas e montanhosas.

Os resultados do Grande Salto Adiante geraram conflitos internos ao Partido Comunista, de modo que Zhou Enlai, então primeiro ministro de Mao Tsé-Tung, passa a buscar apoio focado na promoção de seu plano de modernizações na Indústria, Agricultura, Defesa e Ciência e Tecnologia, estes quatro pilares ficaram conhecidos como “Quatro Modernizações”. Entretanto, a proposta foi vista pelo partido como uma ameaça aos valores originais do Socialismo, desencadeando uma série de medidas focadas na recuperação do prestígio de Mao e na defesa dos valores socialistas. A Revolução Cultural desponta como um movimento pensado para tratar de todos esses pontos (INTROINI, 2019). Para Carvalho (2014), esta deve ser vista como uma ação focada na retomada do poder de Mao dentro do PCC, como também enquanto uma ofensiva contra setores da sociedade que, mesmo dentro de um sistema Socialista, focavam em atuar contra transformações sociais e pregavam a favor do retorno do sistema capitalista ao país.

Ao fim da Revolução Cultural, há o reforço político a figura de Mao Tsé-Tung, criando condições para o implemento de novas medidas pensadas para um salto industrializante. Nesse sentido, indústrias rurais são retomadas, o livre tráfego de produtos entre campo e cidade é reduzido, somas de trabalhadores são enviados para áreas remotas do país (acompanhados de recursos

financeiros, de modo a se desenrolar o desenvolvimento local destes espaços), além do fim dos incentivos materiais na forma de bônus salariais. Tais medidas focavam em tornar as regiões mais autossuficientes e, concomitantemente, desenvolver o meio urbano e a produção agrícola (NAUGHTON, 2006 apud INTROINI, 2019).

De toda forma, as discrepâncias entre o setor primário e secundário continuaram expressivas, para isso, o plano das Quatro Modernizações é trazido de volta, sendo oficializado em 1975, posto que as ideias presentes neste plano também serão seguidas por Deng Xiaoping. Dentre as múltiplas ações empreendidas, temos a ampliação de mercados privados, maior permissão a apropriação de lucros pelos camponeses, fim do sistema de comunas, aumento do número de empresas privadas ou com participação de capital privado e menores restrições a trabalhadores desejosos por migrarem a outras regiões (INTROINI, 2019).

A morte de Mao Tsé-Tung em 1976, aliada ao aumento da abertura da economia chinesa (dotada de grande controle por parte do Estado), marcam o fim da era Maoísta, tornando possível, na presente monografia, o avanço do debate quanto às reformas postas a frente nas décadas seguintes.

4.2 Construção da burguesia doméstica

É comum encontramos explicações para o crescimento econômico chinês centradas nas privatizações, no capital externo e nas desregulamentações pró-mercado, entretanto, assim como Jabbour e Paula (2018) informam, outros elementos se mostram mais importantes para um pleno entendimento desse assunto.

Os autores anteriormente citados apontam que o estabelecimento de contratos de responsabilidade entre o Estado e famílias camponesas, viabilizou um ambiente propício para o acúmulo privado de riquezas. Estes contratos tornavam possível que as famílias comercializassem o excedente de produção, uma vez que as cotas estabelecidas pelo Estado destinadas as cidades, tivessem sido alcançadas. Tal acordo foi fundamental para a reafirmação do

apoio popular ao governo revolucionário, assim como também foi importante para todas as outras mudanças cíclicas que viriam a se desenvolver.

Ao mesmo tempo em que este processo se desenrolava, uma ampla reforma fiscal era posta em prática, de tal forma que o Estado passou a atribuir subsídios sobre as cestas de cereais, promovendo um crescimento na renda das famílias camponesas, construindo, assim, um forte mercado interno, e atribuindo maior autonomia financeira às províncias, tendo como consequência a criação de uma série de Empresas de Cantão e Povoados (ECP), posto que estas eram responsáveis pela oferta de bens de consumo ao mercado interno e ao mercado externo, como também absorviam a mão de obra deslocada da agricultura. Para termos uma ideia da importância das ECP, destaco abaixo um trecho de Jabbour e Paula (2018):

Estudo feito por Kang (2006) demonstra o grande papel desse tipo de empresa ao processo de desenvolvimento recente chinês. Em 1978, o número total de empregados nas ECP era de 28.265 milhões de trabalhadores, triplicando nos dez primeiros anos de reformas econômicas para 93.667 milhões, e chegando a 138.661 milhões de empregados em 2004. No final da década de 1990, 40% da produção industrial chinesa estava sendo processada nas ECP, que, por sua vez, respondiam por 27% das exportações de manufaturados do país em 2004. (JABBOUR e PAULA, 2018, p. 12).

Tais posturas desenvolvidas pelo Estado chinês resultaram em aumento de renda e produtividade agrícola, além do crescimento da demanda por produtos industriais. Como efeito de comparação, pode-se apontar que a produção de cereais, em 1984, alcançou a marca de 407,3 milhões de toneladas, um aumento de 33,6% em relação ao ano de 1978 (RONG *et al.*, 1992, p. 375 apud JABBOUR e PAULA, 2018, p. 12). Estamos tratando de um ciclo de crescimento econômico puxado pelo consumo das famílias.

4.3 As privatizações das estatais

Todas as modificações desenvolvidas tiveram consequência sentida na expansão do número de empresas industriais registradas no país, que em 1978 representavam um total de 348.400, passando para, aproximadamente, 10 milhões em 1994 (JEFFERSON, 2016, p. 8 apud JABBOUR e PAULA, 2018, p.

12). O crescimento e expansão do setor privado motivaram uma série de privatizações de pequenas empresas estatais (JABBOUR e PAULA, 2018), sob

o slogan “segurar as grandes, deixar as pequenas irem” (NOGUEIRA, 2018), de modo que, em 1996, 70% destas, localizadas nas províncias litorâneas, foram privatizadas, enquanto que, no interior da China esse valor girou em torno de 50% (NOLAN, 2001, p. 16 apud JABBOUR e PAULA, 2018, p. 12), o

que, inclusive, refuta a ideia apresentada na obra Geografia Crítica: Geografia do mundo subdesenvolvido (VESENTINI e VLACH, 2009), em que, tínhamos o interior da China apresentado como vazio de atividades não agrárias.

Complementando este cenário, os autores supracitados, apontam que, de 1998 a 2007, o número de empresas estatais chinesas caiu de 39,2% do montante total de empresas para 6,1%, ao mesmo tempo em que, dentro do mesmo período, o setor privado saiu de 6,5% para 52,6%, ou seja, a estrutura da propriedade industrial foi completamente reorganizada, desencadeando, inclusive, a formação de uma classe capitalista doméstica de maior envergadura. É exatamente sobre esta conjuntura que o livro Geografia Geral e do Brasil: Espaço Geográfico e Globalização (SENE e MOREIRA) em suas duas edições (1998 e 2016) está tratando ao apontar para o avanço das empresas privadas frente às estatais.

Pensando no processo de privatização como um todo, mas também na maior robustez desta nova burguesia, de acordo com Nogueira (2018), todo esse cenário se desenrolou de maneira extremamente favorável aos recém- proprietários das antigas empresas estatais, considerando que estes já possuíam uma ligação prévia com tais fixos, tendo sido ex-gerentes das fábricas, como também, lideranças políticas locais. Esse movimento foi considerado uma “privatização para os de dentro”, tendo em vista que, em muitos casos, estes compradores precificavam o valor dos ativos, o que culminava em preços muito baixos ou irrisórios, além do perdão de dívidas e crédito subsidiado para os compradores sem capital prévio, tendo em vista que estes pagariam os empréstimos a partir da lucratividade futura destas empresas (NOGUEIRA, 2018).

A partir das privatizações, o Estado chinês focou em suas principais estatais, de modo a alocá-las em setores importantes da economia, as utilizando como gestoras dos investimentos (algo que trataremos mais a frente), focando principalmente nos setores de energia, petroquímica, siderurgia, telecomunicações e bancário. Para tanto, esvaziou as estatais de

suas responsabilidades sociais¹⁵, o que culminou na mercantilização acelerada de uma força de trabalho urbana¹⁶ previamente treinada no regime de fábrica (NOGUEIRA, 2018). São justamente esses elementos que Sene e Moreira (1998 e 2016) deixaram de pontuar ao tratarem das privatizações, impossibilitando a concepção quanto à relação muito próxima entre Estado e Capital, uma vez que esta se mostra de maneira bastante substancial a partir deste cenário.

Voltando a burguesia, é importante destacar que esta teve papel extremamente ativo nestas mudanças desenvolvidas pelo Estado chinês. Nesse sentido, Deng Xiaoping firmou em 1992 o chamado “grande compromisso”, que estabelecia as privatizações como foram postas. Para entendê-lo, antes é necessário voltar três anos no tempo, para um cenário em que, na arena política chinesa, existia uma burguesia emergente que buscava novas fronteiras para acumulação de capital, pressionando o Estado por privatizações e reformas mais radicais (WANG, 2009, p. 31 apud NOGUEIRA, 2018, p. 10); como resultado destas tensões, tivemos o massacre da Praça da Paz Celestial, em 1989 (NOGUEIRA, 2018). Portanto, os contornos estabelecidos anteriormente para as estatais chinesas (de menor porte) não se deram apenas como uma reestruturação das funções do Estado e do setor privado, a partir de um planejamento focado no desenvolvimento econômico de longo prazo, mas também enquanto resposta as reivindicações feitas pela emergente burguesia doméstica. Nogueira (2018) complementa:

Essa nova burguesia também pressionou pela abertura capital das grandes corporações estatais sob administração central (a maioria hoje de capital aberto). Fundos de investimentos e novas holdings foram estabelecidos para permitir o processo de venda das ações e se transformaram rapidamente em veículos de formação de grandes fortunas (WANG, 2015; CAO, 2001; LAU, 1999). É essa mesma fração da burguesia financeirizada que lidera hoje os pleitos por contínua reforma das estatais chinesas e por liberalização financeira e da conta de capitais [...]. (WANG, 2015; CAO, 2001; LAU, 1999 apud NOGUEIRA, 2018, p. 10)

¹⁵ Dānwei (单位), antigo sistema socialista de proteção social urbano atrelado ao emprego estatal; este sistema estabelecia que as empresas estatais eram responsáveis pela oferta de serviços básicos, como educação e saúde, que compunham boa parte da proteção social para trabalhadores urbanos (NOGUEIRA, 2018, p. 9).

¹⁶ A consequência das privatizações para os trabalhadores foi a eliminação de, mais ou menos, 50 milhões de postos de trabalho, dentro do período 1995 — 2003 (CHAVANCE, 2017 apud NOGUEIRA, 2018, p. 9).

De maneira antecipada e, inclusive, concomitante, o sistema financeiro chinês (parte importante do conjunto de instituições estatais indutoras do desenvolvimento) teve uma grande importância durante o percurso tratado. Nesse sentido, o Banco Popular da China, entre 1978 e 1984, foi posto como o responsável pela regulação do sistema financeiro chinês, ao passo em que quatro bancos estatais foram se formando (Big Four), além dos muitos bancos nacionais e regionais que também emergiram, tendo como função atender as mais variadas necessidades oriundas dos muitos setores, como agricultura, construções urbanas, infraestruturas, financiamento de exportações e importações, além de ter havido um crescimento gradual do mercado de capitais na China (JABBOUR e PAULA, 2018).

4.4 Uma China moderna

A partir de 1992, um novo ciclo se inicia, com o Estado tendo maior liberdade quanto à coordenação do investimento, pautando-se sobre o aumento da capacidade produtiva a partir de investimentos estrangeiros diretos (saíram de US\$ 4,3 bilhões em 1991, para US\$ 44,3 bilhões em 1997), má desvalorização da moeda em 1994, implementação de mecanismos de controle de fluxos de capitais e divisas e, por fim, uma reforma fiscal (JABBOUR e PAULA, 2018).

É interessante perceber que, assim como Hung (2018) expõe, esse conjunto de reformas atuou como resposta a crise que insurgia a partir do fim da década de 1980 e início da década de 1990, contando com hiperinflações e déficit na balança de pagamentos¹⁷, culminando no declínio da economia rural, o que motivou uma onda de migrações de trabalhadores, previamente treinados no regime de fábrica, para as zonas de processamento de exportações, presentes nas regiões costeiras. A partir daí, temos um modelo de desenvolvimento guiado pelas exportações, conectando de maneira bastante robusta a China a ordem de livre comércio, configurando-a em “um

¹⁷ Jabbour e Paula (2018, p. 13) oferecem mais elementos importantes a compreensão quanto a esta crise: “O final da década de 1980 apresenta uma primeira fase *crítica* do processo de reformas. Um grande impasse veio à tona sob forma de uma mistura explosiva entre elevação da taxa de inflação (sai de 7,2% em 1987, chegando a 18,3 % em 1989), exposição à restrição externa (acúmulo de *deficit* comerciais contínuos) e aumento da tensão política externa (debacle do socialismo na antiga URSS e leste europeu) e interna (conservadores *versus* liberais disputando o conteúdo das reformas) (...)”.

redemoinho que sugou empregos de manufatura de todo o mundo, tornando-se a fábrica do mundo” (HUNG, 2018, p. 4).

É fundamental ter em mente que a construção de uma China orientada a exportação de produtos, desenvolvidos por fábricas de empresas transnacionais, instaladas em seu território, não se deu apenas por conta de uma mão de obra barata, como todos os livros didáticos analisados no presente trabalho apontam, a exemplo de Sene e Moreira (1998):

Além da liberalização econômica, o fator fundamental que está atraindo vultuosos capitais para a China, notadamente para as zonas econômicas especiais e para as cidades abertas, é o baixíssimo custo de uma mão de obra muito disciplinada e trabalhadora. Aliás, esse é o grande fator de competitividade da indústria chinesa no momento. Nesse sentido, ela está no mesmo patamar dos Tigres há mais ou menos vinte anos. O salário-mínimo na China é de 25 dólares por uma jornada de trabalho de 12 horas diárias. O salário médio em Shenzhen, cidade próxima a Hong Kong, devido à sua prosperidade, é dez vezes mais elevado do que o salário em qualquer outro lugar da província de Guangdong, mas, ainda assim, é apenas um quinto do salário pago no Tigre vizinho. Na província de Fujian, o salário médio de um operário — aproximadamente 65 dólares por mês — era um décimo do salário médio de um operário de Taiwan ou cerca de um trinta e cinco avos do salário médio vigente nas fábricas japonesas. Enquanto isso, na empobrecida província de Anhui, distante de todo esse *frisson* modernizante, a renda *per capita* anual é, em média, de 74 dólares (Kennedy, 1993). (SENE e MOREIRA, 1998. p. 182)

Dessa forma, o cenário favorável à atração desses capitais externos foi construído a partir das reformas desenvolvidas pelo Estado até aquele momento, responsáveis, por exemplo, pela construção de uma burguesia nacional (lembremo-nos das ECP e, de como o capital privado, a partir de então, passou a receber uma grande atenção por parte do Estado chinês, culminado em privatizações, inclusive) e de um mercado interno forte, uma vez que o poder de compra da população vinha crescendo substancialmente.

Tendo em vista toda a conjuntura relatada até este momento, a possibilidade de desconcentração de malhas industriais rumo a China, diminuindo o custo de produção, em muito agradou aos Estados Unidos, que rapidamente buscaram contribuir para a entrada do país asiático na OMC, em 2001. Essa realidade, aliada a oferta de fatores locais, cada vez mais aprofundados por parte dos países latino-americanos, aos países de centro do Capitalismo, gerou somas de lucros absolutamente expressivas às empresas

transnacionais, que foram direcionadas ao mercado financeiro do próprio norte global.

Com isso, a capacidade industrial chinesa foi rapidamente ampliada, ao passo em que, por conta da enorme demanda por produtos manufaturados vindos deste país, bolhas financeiras e de consumo passaram a se desenvolver nos EUA e em outros países centrais. Essa estrutura criou um (des) equilíbrio econômico global passando a ideia de uma aparente estabilidade, profundamente próspera, durante a maior parte dos anos 2000, entre os norte-americanos e os chineses, levando a construção de formulações como o G2, ou a “Chiamérica”, pondo esta relação enquanto a nova base da ordem econômica global (HUNG, 2018).

4.5 Os conglomerados empresariais estatais chineses

Com o fim da década de 1990, mais especificamente, em 1997, com o desenrolar da crise financeira asiática, uma série de novas posturas passaram a ser postas em prática pelo Estado chinês, em que, o ponto central desse novo momento foi à construção de 149 conglomerados empresariais estatais, a partir de um intenso processo de fusões e aquisições de empresas do setor privado, focando em setores chave da economia. Estas novas empresas menos numerosas que as privadas, detinham, entretanto, maior importância, por serem mais intensivas em capital e tecnologia, se tornando, com isso, mais lucrativas. Este novo ciclo pôs o Estado como agente principal do desenvolvimento econômico, tendo, inclusive, fundamental importância ao encadeamento industrial, assumindo uma postura não só estratégica, como também de vanguarda. Pensando no encadeamento, é interessante comentarmos sobre o fato de os investimentos estatais em infraestrutura terem refletido na indústria pesada, contribuindo para o crescimento desta, demonstrando a capacidade de reverberação destes investimentos na economia como um todo (JABBOUR e PAULA, 2018). Abaixo estão dados que comprovam a importância da ação estatal, comparando números relativos à produtividade do trabalho/rendimento por trabalhador entre empresas estatais e privadas:

[...] Dados do NBSC indicam que, no ano de 2007, essa relação nas empresas estatais foi, respectivamente, de 58,3 e 84,7; nas ECP,

41,2 e 24,8; nas empresas privadas, 48,1 e 32,5; nos conglomerados estatais, 68,7 e 90,8; nas empresas de capital misto com participação estatal majoritária, 88,0 e 99,2; e nas empresas de capital misto sob controle privado, 41,6 e 90,8. (JABBOUR e PAULA, 2017, p. 66 apud JABBOUR e PAULA, 2018, p. 17)

O papel do Estado enquanto coordenador do investimento se solidificou com a formação, em 2002, de uma instituição focada apenas nessa atribuição, a SASAC (Comissão de Supervisão e Administração de Ativos Estatais — tradução nossa), tendo por função representar os interesses estatais e suas ações nas 149 principais empresas do país (HUNG, 2017). Dessa forma, a combinação, guiada pelo Estado, entre a coordenação do investimento (SASAC) e um sistema de intervenção financeira, construiu bases fundamentais para pensar, não só esse novo Estado que despontava, como também os recentes números da economia chinesa. Seguindo esta linha, um exemplo muito ilustrativo é a forma como a China lidou com a crise econômica de 2008, a partir de uma grande simbiose entre o sistema financeiro público e a capacidade de execução do pacote de estímulos por meio dos seus 149 conglomerados, demonstrando uma incrível capacidade de coordenação (JABBOUR e PAULA, 2018). Inclusive, foi essa rápida resposta (2009-2010) do governo chinês a crise que motivou a ideia de uma China que, a partir de então, substituíra os EUA como motor principal do Capitalismo global, considerando a fraca recuperação desta última economia dentro do mesmo período (HUNG, 2017).

Com a apresentação dos parágrafos acima, acreditamos ter demonstrado as bases para o desenvolvimento econômico chinês ao longo dos anos, com isso, na sequência, apresentaremos dois temas que possuem capacidade de oferecer ao leitor ainda mais subsídios para compreender com profundidade toda essa conjuntura, além de atribuir elementos para a reflexão quanto à relação entre Estado e Burguesia que perpassa todo o cenário em questão.

4.6 Financeirização com características chinesas

A financeirização que vem ocorrendo no país tem gerado contrariedades bastante interessantes para pensarmos a relação imbricada e dependente entre burguesia nacional e Estado. Este fenômeno se desenrola de modo

bastante heterodoxo, principalmente se pensarmos nas principais economias de centro do Capitalismo, Nogueira (2018), classifica tal singularidade de “Financeirização com características chinesas”. Ao contrário do restante do mundo, a China “não deslocou as empresas produtivas das suas atividades originais, transferindo uma fatia do seu faturamento diretamente ao mercado financeiro, sem passar pela produção” (NOGUEIRA, 2018, p. 16), assim como também, seguindo o que fora estabelecido pela autora anteriormente citada, não houve compensação pela queda nos salários, a partir do endividamento das famílias via crédito. Tal processo surge a partir de meados da década de 1990, com a mobilização e canalização dos investimentos para a expansão da urbanização, assim como também, para as grandes obras de infraestrutura, contribuindo para a penetração de capitalistas domésticos nos circuitos financeiros em busca de especulação. Todo esse movimento se desenvolveu a partir de um grande controle, por meio do Estado sobre o sistema financeiro (sendo este basicamente estatal), o que permitiu uma maior autonomia chinesa em relação ao dólar, evitando uma penetração mais preponderante do neoliberalismo em território chinês (NOGUEIRA, 2018).

A abertura de capitais das empresas estatais chinesas também fez parte da construção dessa financeirização controlada pelo Estado, entretanto, a elite econômica teve um papel incisivo nesse processo, uma vez que havia constante pressão sobre o governo para que as fronteiras de acumulação fossem expandidas, nesse sentido, os olhares desta classe recaíam sobre as estatais. Além disso, os capitais advindos da transformação de estatais em corporações de capital aberto foram importantes para o financiamento de projetos de infraestrutura dentro e fora da China. O objetivo de toda essa mudança nas estatais era tornar as empresas competitivas internacionalmente, com acesso bastante robusto a capitais, dotadas da orientação estratégica do Estado chinês. Na escala local, percebe-se o uso intensivo, focado no avanço da urbanização, do que Nogueira (2018) apresenta como “plataformas de financiamento local”. Ou seja, governos locais em busca de capitais importantes ao avanço da urbanização, lançam mão de ativos estatais como garantias, posto que estes sejam securitizados e vendidos por bancos aos clientes com muito capital (NOGUEIRA, 2018).

Todo o processo de financeirização tratado até o presente momento carrega consigo duas contradições muito importantes, segundo Nogueira (2018), sendo a primeira caracterizada pela importância deste processo para a projeção do poder político e econômico chinês globalmente, assim como para o desenvolvimento econômico nacional, posto que a segunda, se materializa pelos capitalistas domésticos que pressionam o Estado para uma flexibilização quanto ao sistema financeiro, focando na maior presença do dólar de modo a ocorrerem ganhos imediatos. A autora supracitada aponta que a estratégia adotada pelo governo chinês foi à criação de bancos internacionais de desenvolvimento atrelados a empréstimos destinados a obras de infraestrutura, de modo a projetar a moeda chinesa, aumentando, assim, o espaço de manobra do capital chinês, gerando como consequência, menor subordinação a moeda norte americana, ao mesmo tempo, em que, amplia as fronteiras de acumulação tão exigidas pela burguesia nacional, o que explica o lançamento, por parte do presidente Xi Jinping, da iniciativa “*One Belt One Road*” (HUNG, 2018, p. 8), também conhecida como a “Nova Rota da Seda¹⁸”, assim como Hung (2018) expõe, pensada para ligar a China à Europa, através da Ásia Central e do Oceano Índico, por meio da criação de uma rede de portos, ferrovias e rodovias.

4.7 A tensão entre o Estado Chinês e sua burguesia

A crescente financeirização levou a diversos capitalistas domésticos a acumularem riquezas advindas de diferentes atividades financeiras, assim como também de negócios externos, levando a conflitos internos bastante expressivos entre esta classe e o Estado chinês (NOGUEIRA, 2018). O trecho abaixo ilustra a tensão tratada:

[...] Em conjunto com interesses externos, são eles que estão pressionando pela abertura da conta de capitais da China. Em março de 2017, durante a 5ª sessão do 12º Congresso Nacional do Povo, executivos de empresas e dos setores financeiro e de construção civil criticaram abertamente os controles de capitais como instrumentos que dificultam as aquisições chinesas no exterior. (CHINA, 2017a)” (NOGUEIRA, 2018, p. 18)

¹⁸ O empreendimento necessitará de investimentos volumosos de mais de UR\$ 100 bilhões ao ano, distribuídos por mais de 60 países, o que totalizará um investimento final, ao longo de 10 anos, de UR\$ 1 trilhão (ALVES, 2017).

Como consequência deste crescente choque, o presidente Xi Jinping, em 2012, deu início a uma campanha contra corrupção, levando à prisão diversos oponentes políticos, empresários que fizeram fortunas no sistema financeiro, oficiais militares, bilionários, quadros do partido nas esferas provincial, ministerial ou superior (segundo matéria da revista Exame¹⁹, desde então, mais de 1,5 milhão de dirigente do Partido Comunista Chinês foram presos), presidentes de grandes empresas estatais, donos de holdings financeiras, lideranças de agências reguladoras do sistema financeiro e um dos sete membros do Politiburo (órgão máximo dentro da hierarquia de poder na China). As prisões chegaram, como se pode perceber, a estratos bastante influentes, isto posto, a prisão de Wu Xiaohui²⁰, marido da neta de Deng Xiaoping, em junho de 2017, sem acusação formal, ilustra bem esse cenário.

Outro exemplo bastante interessante é o recente conflito entre Jack Ma (um dos maiores empresários da China, fundador da gigante de tecnologia Alibaba) e o Estado Chinês, uma vez que o empresário, em um momento de expansão de seus negócios, prestes a levar o braço financeiro de seu conglomerado empresarial, a Ant Financial, para as bolsas de valores de Xangai e Hong Kong²¹ (movimento que o tornaria o empresário mais rico e influente de toda a China) criticou o sistema regulatório chinês, afirmando que o excesso de controle poderia sufocar a inovação. A consequência desta postura foi o adiamento da entrada nas bolsas de sua IPO (oferta inicial de ações), avaliada em 34 bilhões de dólares, além da abertura de um processo de investigação contra o Alibaba, alegando a existência de práticas monopolistas²², segundo o Banco Central Chinês, esta empresa estaria se aproveitando de seu domínio para “excluir rivais, o que teria prejudicado os

¹⁹ AFP. China condena empresário à morte por corrupção e bigamia. Revista Exame, 2021. Disponível em: https://exame.com/negocios/china-condena-empresario-a-morte-por-corrupcao-e-bigamia/?twitter_impression=true&page-level-tracking-code.

²⁰ “(...) A holding de Wu Xiaohui, chamada Anbang Insurance Group, é uma das maiores do país vinha se notabilizando por compras bilionárias de hotéis de luxo pelo mundo. Em novembro de 2016, Wu tentou fechar negócio para compra de hotel em Manhattan com o genro e conselheiro do presidente norte-americano Donald Trump, Jared Kushner (HASS, 2017 apud NOGUEIRA, 2018, p. 19).

²¹ ÉPOCA. A Ant Group pode levantar até US\$ 34,4 bilhões em maior IPO do mundo. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Empresa/noticia/2020/10/epoca-negocios-ant-group-pode-levantar-ate-us344-bi-em-maior-ipo-do-mundo.html>.

²² AMORIM, Lucas. Xi é maior: o sumiço de Jack Ma reforça quem manda na China. Revista Exame. Disponível em: <https://exame.com/exame-in/xi-e-maior-o-sumico-de-jack-ma-reforca-quem-manda-na-china/>.

interesses de centenas de milhões de consumidores”. Além disso, reguladores chineses do mercado financeiro recomendaram a Ant que reorganizasse seus negócios, pensando nas atividades de tecnologia financeira (gestão de patrimônio, empréstimos ao consumidor e seguros), e voltasse a atuar apenas como um serviço de pagamentos²³.

Tendo em mente todos os elementos apresentados nos parágrafos acima é notória a presença estatal em todo o processo de desenvolvimento econômico chinês, tendo sido responsável, inclusive, pela própria reestruturação da burguesia neste país, de modo que esta atendesse aos objetivos estabelecidos para os ciclos de mudanças institucionais, entretanto, esta relação acabou transitando para um cenário em que Estado e burguesia se relacionam de forma absolutamente intrincada, tendo demonstrações de choques de interesses, levando a posturas bastante radicais vindas dos dois lados. A breve exposição aqui posta é uma tentativa de demonstrar, por meio de vários aspectos, como a argumentação presente nos livros didáticos quanto ao robusto desenvolvimento econômico da China, sustentada apenas sobre a abertura do país a entrada de capitais externos, se mostra um tanto limitada, uma vez que este processo se apresenta de maneira extremamente complexa, contando com a construção de suas bases imediatamente após a revolução socialista de 1949, tendo sido aprofundado, e reformulado, ao longo das décadas

²³ BLOOMBERG. Ant vai de promessa de maior IPO do mundo a pesadelo para investidores. Revista Exame. Disponível em: <https://exame.com/negocios/ant-vai-de-promessa-de-maior-ipo-do-mundo-a-pesadelo-para-investidores/>.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atendendo ao nosso objetivo geral de compreender se ocorreram modificações na narrativa dos capítulos sobre China, pensando na forma, no conteúdo e na visão atribuída ao país pelos autores, ao longo das edições, destacamos que China é tratada de modo muito semelhante em todas as obras, considerando suas diferentes edições, havendo inserções de informações atualizadas e novas temáticas, como o debate sobre a preocupação ambiental, que, de todo modo, não alteraram a forma dos capítulos, pensando na organização destes a partir da tradição regional (muito bem marcada pela disposição de informações relativas à população, território, economia, dentre outras, que eram apresentadas na forma de cartilha), aliada aos enunciados histórico e econômico guiando toda a narrativa.

O conteúdo também não sofreu muitas modificações, dando muito destaque à história do país e ao caminho percorrido até se tornar uma grande potência econômica. Nesse sentido, cabe destaque a obra de 1991, em que, nos foram oferecidos maiores subsídios sobre o período maoísta e sua influência sobre a industrialização chinesa, como também fomos apresentados a questões relativas à população, como religião e as regiões de concentração de etnias. É interessante pontuar a existência de parágrafos que permitem ao professor buscar a espacialidade dos fenômenos trabalhados, ofertando trechos em que podemos perceber uma ordem espacial, a partir da localização dos componentes do espaço (Onde), da descrição destes²⁴ (Como), e de explicações para a disposição dos mesmos²⁵ (Por quê?), além de alguns mapas que, por mais que possuam a intenção de ilustrar o que está sendo dito acima deles, ainda apresentam potencialidade de serem utilizados pelo professor para o desenrolar de comparações que podem ser interessantes ao trabalho docente em sala.

Quanto à visão dos autores sobre China, é notório que esta se manteve bem parecida, com grande foco nas reformas econômicas postas em prática a

²⁴ Concentração ou dispersão dos componentes sobre o espaço.

²⁵ Um bom exemplo é o apontamento aos fatores locais importantes à concentração de indústrias oriundas de empresas transnacionais em regiões específicas do território chinês, visto na edição de 2016 da obra “Geografia Geral e do Brasil: Espaço Geográfico e Globalização”.

partir de 1978, nos oferecendo um tom amistoso quanto a elas, inclusive. As regiões litorâneas, marcadas pela entrada de capitais estrangeiros, também recebem bastante atenção, por mais que os textos apontem a exploração de mão de obra barata nestes espaços. Mesmo diante de tal contradição, a abertura do país ao mercado externo é tratada com otimismo.

Utilizando-nos das contribuições de Vilela (2016), percebemos a existência de um discurso sobre China validado pela escola, reverberado na escrita dos livros, de tal forma que, mesmo estudando obras escritas por autores distintos, de períodos diferentes, foi possível perceber uma série de elementos em comum, tanto em forma, conteúdos, e perspectivas atribuídas ao país, com concepções cristalizadas que transmitem a ideia de uma China parada no tempo, a exemplo disso, temos a explicação para a competitividade da economia chinesa atrelada a utilização de mão de obra muito barata, enquanto elemento fundamental de atração de capitais externos, uma vez que, esta realidade já foi substancialmente modificada, além da negligencia quanto ao período de gestão de Mao Tsé-Tung, o que é facilmente percebido pela redução desta temática no livro “Geografia Crítica: Geografia do mundo Subdesenvolvido” (2009), em relação a sua edição anterior, de modo a, possivelmente, se adequar a uma organização dos conteúdos semelhante à de outros livros, pelo menos, a adotada pelas obras trabalhadas nesta monografia. Esta monografia é fruto de um intenso esforço desenvolvido desde o desenrolar das aulas presenciais da especialização em Teorias e Práticas da Geografia Escolar, de modo que edições foram constantes em toda a construção do documento. A investigação característica do fazer científico nos proporcionou o contato com textos de diversos autores, o que ampliou em muito nossas perspectivas sobre o objeto de estudo da Geografia, livro didático, informações sobre China, além de tantos outros pontos igualmente interessantes. Nesse sentido, escrever este trabalho foi uma peça fundamental em todo o meu curso, proporcionando complementos bastante expressivos ao meu olhar geográfico, assim como ao meu fazer docente.

Quanto ao curso em si, faltam palavras para descrever a qualidade do mesmo e as conexões firmadas entre os alunos e os professores, o que elevou em muito a participação da turma nas atividades, assim como tornou possível que debates extremamente qualificados ocorressem. A pós graduação em

Teorias e Práticas da Geografia Escolar, oferecida pelo Colégio Pedro II, sem dúvidas é fundamental para qualquer geógrafo que já esteja em atuação em sala de aula, como também para recém formados.

Durante a escrita desta monografia, o mundo presenciou atordoado o início e o avanço da pandemia de Covid-19, situação em que vi o andamento de meus escritos paralisado por um período, em virtude das diversas incertezas que se abateram sobre todas e todos, esse evento também dificultou a busca por outras obras que, porventura, poderiam enriquecer ainda mais o trabalho. De toda forma, mantivemos o foco e demos sequencia as discussões, até que chegamos à conclusão de uma produção que marca o fim de um ciclo extremamente frutífero, dotado de algumas complicações na proximidade de seu fim, que, entretanto, esperamos que tenha alcançado seus objetivos, conseguindo contribuir para a geografia escolar.

REFERÊNCIAS

AGLIETTA, M.; BAI, G. **China's development: capitalism and empire**. Nova Iorque: Routledge, 2013.

ALCOFORADO, Fernando. **A guerra comercial entre Estados Unidos e China e suas consequências**. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/falcoforado/china-e-estados-unidos-em-guerra-comercial-no-confronto-pela-hegemonia-mundial>. Acesso em 27 jul. 2020.

ALMEIDA, Fernando Chaves. **Poder americano e Estados Nacionais: uma abordagem a partir das esferas econômica e militar**. Tese (Mestrado em Economia) — Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, p.118, 2006.

ALVES, José Eustáquio Diniz. A força de Xi Jinping e a busca chinesa pela liderança global no século XXI. **Ecodebate**, 2019. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2019/01/16/a-forca-de-xi-jinping-e-a-busca-chinesa-pela-lideranca-global-no-seculo-xxi-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>. Acesso em 23 jan. 2021.

ALVES, José Eustáquio Diniz. **Projeto Colabora**, 2017. Disponível em: <https://projetocolabora.com.br/artigo/globalizacao-a-moda-da-china/>. Acesso em 23 jan. 2021.

ASCENSÃO, Valéria de Oliveira Roque; VALADÃO, Roberto Célio. As dimensões escalares e a abordagem de conteúdos geográficos. **Revista Virtual Geografía, Cultura y Educación**, n. 2, 2011.

ASCENSÃO, Valéria de Oliveira Roque; VALADÃO, Roberto Célio. **Professor de geografia: entre o estudo do fenômeno e a interpretação da espacialidade do fenômeno**. XIII Coloquio Internacional de Geocrítica, 2014.

BALLESTEROS, Aurora García; MAUREL, Joaquín Bosque; SENDRA, Joaquín Bosque. Una Renovación de la Geografía Regional Mundial. **Documents d'anàlisi geogràfica**, v. 10, p. 124-132, 1987.

BERTOLINO, Osvaldo. Leilão do 5G é questão nacional, não dos Estados Unidos. **Vermelho**, 2020. Disponível em: <https://vermelho.org.br/2020/07/29/leilao-do-5g-e-questao-nacional-nao-dos-estados-unidos/>. Acesso em: 23 jan. 2021.

BRAGA, João Pedro; NOGUEIRA, Isabela. Mercado de Trabalho e Salário Mínimo na China. **Geosul**, Florianópolis, v. 35, n. 77, p. 49-72, dezembro, 2020.

BRAGA, José Carlos de Souza. A Financeirização da Riqueza: A Macroestrutura Financeira e a Nova Dinâmica dos Capitalismos Centrais. **Economia e Sociedade**, Campinas, SP, v. 2, n. 1, p. 25–57, 2016. Disponível

em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643298>. Acesso em: 22 jul. 2020.

CARVALHO, M. H. A evolução econômica e política da China nos quadros do período Maoísta (1949-1978). XIX Encontro Nacional de Economia Política, Florianópolis, 2014.

CASTELLAR, Sonia Maria Vanzella. O papel do pensamento espacial na construção do raciocínio geográfico. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, v. 10, n. 19, p. 294-322, janeiro-junho, 2020.

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos; GOULART, Lígia Beatriz. A questão do livro didático em Geografia: elementos para uma análise. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 16, p. 17-20, out., 1988.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **O ensino de geografia na escola**. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Os conteúdos geográficos no cotidiano da escola e a meta de formação de conceitos. In: ALBUQUERQUE, Adailza Martins; FERREIRA, Joseane Abílio de Sousa Ferreira (organizadoras). **Formação, pesquisa e práticas docentes: reformas curriculares em questão**. João Pessoa: Editora Mídia, 2013.

COSTELA, Roselane Zordan; REGO, Nelson. Em que momento o aluno aprende geografia. In: KAERCHER, Nestor Andre; CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos; REGO, Nelson. **Geografia: práticas pedagógicas para o ensino médio**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

FELDMANN, Daniel. A crise contemporânea do capitalismo: reflexões a partir de um debate com as abordagens sistêmicas de Arrighi, Fiori e Wallerstein. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 2, p. 339-364, maio-agosto, 2019.

FERNANDES, José Pedro Teixeira. A globalização chinesa. **Público**, 2017. Disponível em: <https://www.publico.pt/2017/02/07/mundo/opiniao/a-globalizacao-chinesa-1761126>. Acesso em 23 jan. 2021.

FIORI, José Luís. Sistema mundial, América do Sul, África e “potências emergentes”. **Revista Eletrônica de Comunicação Informação e Inovação. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1m p. 3-18, março, 2010.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cadernos de Pesquisa**, n. 114, p. 197-223, novembro, 2001.

GARCÍA, Alberto Rodriguez. O papel da China na África: imperialismo ou cooperação? **Carta Maior**, 2019. Disponível em:

<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Poder-e-ContraPoder/O-papel-da-China-na-africa-imperialismo-ou-cooperacao-/55/45139#:~:text=A%20cooper%C3%A7%C3%A3o%20comercial%20entre%20a,como%20uma%20esp%C3%A9cie%20de%20neocolonialismo.> Acesso em 23 jan. 2021.

GOMES, Paulo César da Costa. Um lugar para a Geografia: contra o simples, o banal e o doutrinário. In: MENDONÇA, Francisco. **Espaço e tempo: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico**. Curitiba: ADEMAN, 2009.

GONZÁLEZ, Rafael de Miguel. *Del pensamiento espacial al conocimiento geográfico a través del aprendizaje activo con tecnologías de la información geográfica*. **Giramundo**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 7-13, julho - dezembro, 2015.

HAESBAERT, Rogério; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A nova des- ordem mundial**. São Paulo: Unesp, 2006.

HENDLER, Bruno; NOGUEIRA, Isabela. O Sudeste Asiático entre Estados Unidos e China: “arquipélago de economias de mercado” ou palco da competição interestatal capitalista? **Revista Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 11, n. 3, p. 199-221, 2016.

HUNG, Ho-fung. A ascensão da China, a Ásia e o Sul Global. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 1-26, janeiro-abril, 2018.

INTROINI, Marcelo Pereira. **O processo de desenvolvimento econômico da China, do Maoísmo à saída de empresas ao mundo**: um debate para o estudo de caso do IDE chinês ao Brasil. Tese de Mestrado (Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico), Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

JABBOUR, Elias; PAULA, Luiz Fernando de. A China e a “socialização do investimento”: uma abordagem Keynes-Gerschenkron-Rangel-Hirschman. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 1-23, janeiro-abril, 2018. Disponível em: scielo.br/pdf/rec/v22n1/1415-9848-rec-22-01-e182217.pdf. Acesso em: 04 ago. 2019.

KANASHIRO, Cintia Shukusawa. **Livro didático de Geografia – PNLD, materialidade e uso na sala de aula**. São Paulo, 2008. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo. 163 p + anexos.

LOPES, Alice Ribeiro Casimiro. Conhecimento escolar em química – processo de mediação didática da ciência. **Química Nova**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 5, 1997.

LOSURDO, Domenico. **Contra-história do liberalismo**. São Paulo: Ideias e Letras, 2006.

MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência do saber**. 3ª Edição Revista e Ampliada. São Paulo: Zahar, 2016.

MAGALHÃES, Diego Trindade d'Ávila. Globalizadores do século XXI: Países emergentes e a globalização Sul-Sul. **Revista Conjuntura Austral**, v. 2, n. 8, outubro-novembro, 2011.

MOURA, Rafael Shoenmann de. **A desaceleração chinesa e o “Novo Normal”: implicações estruturais para a economia e o setor financeiro doméstico**. Desenvolvimento em Debate, v. 3, n. 2, p. 79-109, 2015.

NAUGHTON, B. *The Chinese economy: transitions and growth*. Londres: The MIT Press, 2006.

NOGUEIRA, Isabela. Estado e capital em uma China com classes. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v.22, n. 1, p. 1-23, janeiro-abril, 2018.

NOGUEIRA, Isabela; BACIL, Fabianna; GUIMARÃES, João Victor. A caminho de um estado de bem-estar social na China? Uma análise a partir dos sistemas de saúde e de educação. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 29, n. 2, p. 669-692, maio-agosto, 2020.

RIBEIRO, Valéria Lopes. A expansão chinesa recente e novas determinações do imperialismo no século XXI. **Estudos Internacionais**, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 121 – 140, 2017.

RIUDOR, Lluís. La Geografía y el estudio regional del mundo: reflexiones a propósito de dos obras recientes. **Documents d'análise geográfica**, v. 8, n. 9, p. 185-202, 1986.

RIUDOR, Lluís. *La Geografía regional del mundo y sus planteamientos metodológicos recientes*. **Documents d'análise geográfica**, v. 13, p. 81-89, 1988.

ROSS, John. China é responsável por 78% da redução da pobreza mundial. **Revista Ópera**, 2017. Disponível em: <https://revistaopera.com.br/2017/08/30/china-e-responsavel-por-78-da-reducao-da-pobreza-mundial/#:~:text=Por%20esta%20raz%C3%A3o%2C%20a%20mais,vivem%20na%20pobreza%20no%20mundo>. Acesso em 23 jan. 2021.

ROSS, John. Por que os neoliberais chineses são forçados a falsificar a história do mundo. **Revista Ópera**, 2019. Disponível em: <https://revistaopera.com.br/2019/04/27/por-que-os-neoliberais-chineses-sao-forcados-a-falsificar-a-historia-do-mundo/>. Acesso em 23 jan. 2021.

RUA, João. O professor, o livro didático e a realidade vivida pelo aluno como recursos para o ensino da geografia. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, v. 24, p. 87-96, maio, 1998.

SADER, Emir. **Século XX – Uma Biografia não autorizada: O Século do Imperialismo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.

SANTOS, Leandro Bruno. As diferentes trajetórias dos países de industrialização tardia asiático e latino-americanos. **Caderno Prudentino de Geografia**, n. 30, 0. 69-94, 2008.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização do pensamento único à consciência universal. 10 ed. Rio de Janeiro, Record, 2003.

SCALERCIO, Vitor. Ensaio de Geografia e Pensamento Espacial: Reflexões Epistemológicas e a Atividade de Pesquisa do LENPGEO. **Revista Giramundo**, Rio de Janeiro, v.5, n. 10, p.03-04. jul/dez 2018.

SENE, Eustáquio de; MOREIRA, João Carlos. **Geografia geral e do Brasil: espaço geográfico e globalização**. São Paulo: Scipione, 1998.

SENE, José Eustáquio de. O livro didático como produtor da geografia escolar: obra menor? **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, v. 4, n. 7, p. 27-43, janeiro-junho, 2014.

SENE, Eustáquio de; MOREIRA, João Carlos. **Geografia geral e do Brasil: espaço geográfico e globalização**. 3 ed. São Paulo: Scipione, 2016.

SILVA JUNIOR, Hilton Marcos Costa da; SILVA, Augusto César Pinheiro da. *Los estudios regionales del mundo en la enseñanza de Geografía: Algunas reflexiones sobre fragilidades y potencialidades en la producción del saber espacial en la escuela básica brasileña*. **Didácticas Específicas**, n. 20, p. 45- 57, 2019. Disponível em: <https://repositorio.uam.es/handle/10486/687907>. Acesso em: 06 ago. 2019.

SILVA, Jones Manoel da; SONNENBERG, Victória Hissa Hirose. Neoliberalismo com características chinesas? Notas sobre a estratégia de desenvolvimento chinês. **Makaveli Teorizando**, 2017. Disponível em: <http://makaveliteorizando.blogspot.com/2017/08/neoliberalismo-com-caracteristicas.html>. Acesso em: 25 jul. 2020.

STRAFORINI, Rafael. O ensino de Geografia como prática espacial de significação. **Estudos Avançados**, v. 32, n. 92, 2018.

TORRES FILHO, Ernani Teixeira; POSE, Mirko. A internacionalização da moeda chinesa: disputa hegemônica ou estratégia defensiva? **Revista de Economia Contemporânea**, v. 22, n. 1, p. 1-23, 2018.

TREVIZAN, Karina. Guerra comercial: entenda a tensões entre China e EUA e as incertezas para a economia mundial. **G1**, 2019. Disponível em:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/08/16/guerra-comercial-entenda-a-piora-das-tensoes-entre-china-e-eua-e-as-incertezas-para-a-economia-mundial.ghtml>. Acesso em 23 jan. 2021.

UOL. Em 11 anos, salário na China mais que dobra e supera valor pago a trabalhador no Brasil. 2017. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/46497/em-11-anos-salario-na-china-mais-do-que-dobra-e-supera-valor-pago-a-trabalhador-no-brasil>. Acesso em 23 jan. 2021.

VERMELHO. Losurdo: Boicotar as Olimpíadas de Pequim? 2017. Disponível em: <https://vermelho.org.br/2007/12/27/losurdo-boicotar-as-olimpiadas-de-pequim/>. Acesso em: 23 jan. 2021.

VESENTINE, José William; VLACH, Vânia. **Geografia Crítica**. Volume 4. São Paulo: Ática, 1991.

VESENTINE, José William; VLACH, Vânia. **Geografia Crítica**. 6 ed. São Paulo: Ática, 2009.

VILELA, C. L. **Currículo de Geografia: analisando o conhecimento escolar como discurso**. 209f. Tese (Doutorado em Educação) — Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

VILELA, C. L. **Interdiscursividade e interdição no discurso do conhecimento escolar em geografia**. Pro-posições, v. 23, n. 1, p. 199-216, janeiro-abril, 2015.

VILELA, C. L. A abordagem regional como tradição do currículo da geografia escolar. **Giramundo**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 31-41, janeiro - junho, 2016.

VILELA, C. L. Conhecimento escolar de Geografia: explorando discursos em disputa na definição de fronteiras entre as disciplinas nos currículos. **Revista Educação e Filosofia**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 64, janeiro-abril, 2018.